

GOLPISTA E COVARDE, AGORA DESMORALIZADO

DEPOIS DE COMETER NOVOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE AO ATACAR O SUPREMO E ANUNCIAR QUE NÃO CUMPRIRÁ DECISÕES JUDICIAIS, BOLSONARO PEDE ARREGO E RECORRE AO GOLPISTA-MOR, MICHEL TEMER, PARA PÔR PANOS QUENTES NA CRISE INSTITUCIONAL QUE PROVOCOU

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 13 de Setembro de 2021 Nº 27

NESTA EDIÇÃO

Rogério Cezar de Cerqueira Leite detona governo

Pedalada Social. Governo abandona o povo

Fake news. Desregulação ameaça a democracia

50 anos da obra-prima 'Imagine', de John Lennon

INTERDITAR BOLSONARO E REVOGAR A LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

em defesa da vida
e da democracia

NEGACIONISMO E IRRESPONSABILIDADE LEVAM BRASILEIROS À MORTE

Observatório
da Democracia

Fundação
2020-10-10

Fundação
Maurício
Grubis

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Ordem Social

LAURO CAMPOS E
MARIELLE FRANCO

PT

ASTROJILDO

Herbert+Daniel



ASSISTA AO PROGRAMA PAUTA BRASIL

SEGUNDAS, QUARTAS
E SEXTAS-FEIRAS
ÀS 17 HORAS

REALIZAÇÃO E
TRANSMISSÃO:

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

TRANSMISSÃO:

PT

DCM Forum

TV
24/7

SIGA O CANAL DA REVISTA



NO YOUTUBE

focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Danilo Molina,
Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,
Pedro Camarão e Ricardo Stuckert



FUNDAÇÃO Perseu Abramo Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva
Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,
Luiz Caetano e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur
Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,
Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,
Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de
Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de
Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,
Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,
Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de
Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,
Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,
Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,
Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),
Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia
e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves
das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França
Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas
(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane
Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de
Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer),
Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Nilto Ignacio Tatto
(Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares
Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),
Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e
Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) - CEP 04117-091

NESTA EDIÇÃO

O CRIMINOSO RECUA, MAS SÓ POR ENQUANTO

Bolsonaro morde as instituições, que reagem à ofensiva. Mas, em seguida, o presidente sopra e recorre a Michel Temer. E nada acontece. A hora é de avançar com impeachment

Página 11



Olimpio

EDITORIAL. Bolsonaro se inviabilizou para 2022. Daí a tentativa de um golpe

Página 4

ENTREVISTA. O físico Cerqueira Leite diz que a melhor aposta é Lula

Página 6

ATAQUE. Jornal inglês *Guardian* diz que Brasil está sob ataque e fragilizado

Página 13

OPINIÃO. Líder Bohn Gass diz que os símbolos da Pátria foram sequestrados

Página 15

ESTADISTA. Na véspera do feriado, o ex-presidente traz esperança de novo tempo

Página 16

RADIOGRAFIA. Pesquisas mostram o pensamento binário da extrema-direita

Página 18

FAKE NEWS 1. Bolsonaro veta dispositivo que inibe a mentira e a desinformação

Página 20

BIG TECHS. China e União Europeia: normas e legislação das redes sociais

Página 23

MÍDIA. Gleisi Hoffmann e João Brant defendem debate sobre regulação

Páginas 24 e 25

CARESTIA. Guedes perde a mão e inflação chega à maior alta em 21 anos

Página 28

DESIGUALDADE. A renda média do brasileiro despencou, diz FGV Social

Página 30

DESAMPARO. País tem 1,2 milhão de brasileiros na fila de espera do Bolsa Família

Página 32

ORÇAMENTO. É chegada a hora de discutir o Teto de Gastos para a retomada

Página 34

MEMÓRIA. A histórica greve dos bancários em 1985 liderada por Gushiken

Página 37

HISTÓRIA. O ataque do 11 de Setembro ainda repercute 20 anos depois

Página 38



CULTURA. O disco *Imagine*, de John Lennon completa cinco décadas de sonho

Página 44

LUTO. Morre em São Paulo, o economista e ex-ministro João Sayad, um democrata

Página 46



GIGANTESCO FIASCO

Aloizio Mercadante

O dia 7 de setembro é uma data relevante da história nacional. O que todos esperávamos era o discurso de um estadista, que se solidarizasse com as vítimas de Covid-19, que tratasse da grave crise econômica e social e que apresentasse propostas para a reconstrução do Brasil, como fez o presidente Lula. Mas, além de uma apropriação indevida da data da independência, Bolsonaro tentou deflagrar um estado de golpe permanente. Jogou tudo o que tinha para mobilizar suas bases de extrema direita e ameaçar o estado democrático de direito: agrediu instituições, xingou

ministros, paralisou algumas rodovias e tentou criar um clima de golpe com suas ameaças ao STF e as eleições presidenciais.

Entretanto, o resultado foi o aprofundamento de seu isolamento político e, no final, um recuo típico de um covarde. Um espetáculo humilhante e desmoralizante como jamais ocorreu para um chefe de estado em nosso país.

Resta claro que essa tentativa de golpe teria seu desfecho nas eleições do ano que vem. Por isso, o foco de Bolsonaro em atacar o sistema eleitoral brasileiros, defender a volta do voto impresso e agredir o TSE e seus ministros. Nessa tática golpista Bolsonaro, mostrou suas cartas.

A primeira era a estratégia de Steve Bannon de manipulação das redes e de dissemina-

ção de desinformação e de fake news de forma massiva, como já ocorreu em 2018. Daí, o veto presidencial ao artigo que criminalizava campanhas de desinformação na Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito e a edição da medida provisória que blinda a rede bolsonarista de mentiras e dificulta que as plataformas retirem postagens enganosas do ar. A tentativa de se articular com uma nova rede digital de propriedade de um ex-assessor de Trump é parte deste movimento.

Ficou evidente que uma das preocupações centrais de Bolsonaro é o desfecho do inquérito das fake news no STF, presidido pelo ministro Alexandre de Moraes, xingado de "canalha" para logo em seguida ser

elogiado como “professor e jurista”. O pavor de Bolsonaro é a exposição o esquema criminoso de financiamento das fake news.

Bolsonaro também apostou no apoio de algumas empresas do agronegócio predatório, cuja dinâmica é a acumulação primitiva de capital e que estava focado no julgamento do marco temporal dos povos indígenas pelo STF. Além disso, nas milícias e em segmentos das polícias militares que poderiam promover uma insubordinação à disciplina, hierarquia e comando dos governos estaduais. E ainda na mobilização da base evangélica conservadora e fundamentalista.

Apesar da não adesão das polícias e da diminuição do engajamento e da capacidade de mobilização dos evangélicos fundamentalistas aos atos golpistas, as empresas do agronegócio chegaram a paralisar algumas rodovias do país. Não podemos desconsiderar que uma insurreição das polícias nas vésperas das eleições pode desestabilizar o processo eleitoral. Daí a necessidade de uma regulação mais rigorosa e severa que impeça essa possibilidade nos quartéis e, no caso dos caminhoneiros, que assegure o direito de ir e vir com uma legislação mais específica e rigorosa.

A tentativa de deflagrar um estado golpista permanente no 7 de setembro aprofundou o isolamento político de Bolsonaro, mas a assinatura da “carta de rendição” proposta e escrita pelo golpista Michel Temer, desmoralizou a liderança de Bolsonaro com amplos setores de sua base social misógina, racista, machista, obscurantista, mas mobilizada. Ela que foi convocada para derrubar ministros ou fechar o STF. A humilhação

A ASSINATURA DA “CARTA DE RENDIÇÃO” PROPOSTA E ESCRITA PELO GOLPISTA MICHEL TEMER, DESMORALIZOU BOLSONARO

patrocinada pelo golpista Temer, que sempre foi um profissional em trair e em derrubar governos, mas péssimo para ter votos e ganhar eleições, abriu uma fissura nessa liderança e destruiu o pouco de credibilidade que Bolsonaro ainda tinha junto à sua própria base.

Com a “carta de rendição”, Bolsonaro bateu em retirada e deixou sua tropa exposta. E todos sabemos que um comandante que abandona o campo de batalha é um desertor, que deve ser julgado pela justiça militar. No caso do golpista ex-tenente Bolsonaro, que tentou colocar bombas nos quartéis, o julgamento será da história e sobram motivos para o impeachment.

A manobra de Temer deixa Bolsonaro de joelhos e é mais um golpe de um personagem das sombras, que se mexe no pântano, para tentar viabilizar uma terceira via. Trata-se da con-

tinuidade de um processo que começou lá atrás, com a diferença que a presidenta Dilma jamais se curvou ao golpismo de Temer e se manteve fiel ao compromisso com os mais pobres e com os trabalhadores, e, por isso, uma presidenta honesta sofreu um impeachment sem ter cometido crime de responsabilidade.

Com essa manobra, Bolsonaro perdeu de forma definitiva o discurso da nova política, assumindo cada vez mais que sempre foi do Centrão, único bloco político que ainda impede o avanço do impeachment. Perdeu também a condição de um político antissistema, pois não consegue explicar “rachadinhas”, mansões e o lamaçal que envolve a ele e o clã familiar.

Na economia, o governo é um completo fracasso. O PIB segue estagnado, com a inflação chegando a quase dois dígitos. A renda média da população caiu, desde 2019, 9,4%, a dos mais pobres 21,5% e a dos idosos 14,2%. A massa de desempregados e desalentados já atinge 20 milhões de pessoas e a fome e a miséria estão espalhadas por toda a parte. Sem falar no preço extorsivo dos combustíveis e do gás, do risco real de um iminente apagão energético e dos 585 mil mortos pela pandemia.

Ou seja, Bolsonaro não tem entrega e está inviabilizado eleitoralmente, por isso, a tentativa frustrada de um estado de golpe permanente. Como o tiro saiu pela culatra, o que restou do 7 de setembro foi um gigantesco fiasco, com um Bolsonaro assumidamente golpista, mas covarde, traidor da própria base, humilhado e desacreditado, isso é: um comandante que arregou. Mas, os democratas não devem recuar: Fora Bolsonaro. •

“HÁ UM MAL QUE ESTÁ SENDO CONSTRUÍDO E VAI DEMORAR PARA SER RESOLVIDO”

Um dos maiores cientistas do Brasil, o físico Rogério Cezar de Cerqueira Leite diz que o país precisa atravessar logo a tormenta e que chegou a vez do ex-operário conduzir novamente a Nação: “Uma vez a Dilma me falou que ele é genial. E eu falei: não, Lula não é gênio. Ele é mágico. Lula muda a realidade”

Pedro Camarão

Rogério Cezar de Cerqueira Leite é um dos mais importantes cientistas brasileiros. Atualmente, está na Presidência do Conselho de Administração do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (Cnepem), localizado em Campinas (SP), e que tem quatro laboratórios que são uma referência no mundo. Aos 90 anos, lidando com a vanguarda da ciência brasileira, o físico conta que está preocupado com a realidade brasileira.

Na sua avaliação, o governo do ex-capitão do Exército Jair Bolsonaro está longe de ser prejudicial apenas para a ciência. Cerqueira Leite avalia que a área da cultura talvez seja a mais prejudicada e aposta que a educação ainda será a salvação do Brasil.

Ele diz que Bolsonaro não pode ser subestimado, que compara o momento do Brasil com a Alemanha dos anos 1930, quando Adolf Hitler ascendeu ao poder. Embora as situações tenham elementos semelhantes, existem diferenças, mas o perigo existe.

A solução é o entendimento entre os líderes políticos brasileiros. Ele acredita que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva seja o melhor nome para conseguir esse entendimento e espera que o petista possa se eleger e ficar talvez por mais 8 anos na Presidência da República. Cerqueira Leite considera que somente o ex-operário e ex-chefe de Estado tem a capacidade de promover a limpeza e o apaziguamento que o país necessita. A seguir, os principais trechos da entrevista à **Focus Brasil**:



“
TEM MUITA GENTE
DESSA ELITE QUE NÃO
VOTARIA NO LULA. TEM
MÉDICOS QUE ATÉ HOJE
APOIAM O BOLSONARO.
É UMA COISA
INACREDITÁVEL

”

Focus Brasil – O senhor acompanhou os acontecimentos de 7 de Setembro. Qual é sua expectativa diante da crise?

Rogério Cezar de Cerqueira Leite

– É um momento realmente difícil. Mesmo na época da ditadura, o início da ditadura, não houve um momento assim tão, digamos, enfático. Um acontecimento tão trágico. Porque a gente não vê saída. Eu tenho a impressão de que o Bolsonaro está num mato sem cachorro e cachorro no mato, morde. Ele vai atacar. O presidente já está atacando as instituições que são mais tolerantes, mas vai continuar a atacar outras. Isso é sobrevivida também. Ele tem esse séquito de fanáticos ligeiramente imbecilizados que o acompanham e, além do mais, ainda tem o apoio de empresários que são muito venenosos, que não são decentes. Ainda existe esse apoio. Veja por exemplo a Fiesp, o [Paulo] Skaf. É nojento o que ele está fazendo. Tentou segurar os ataques ao Bolsonaro. Isso foi significativo. Ele representa uma organização que é um baluarte nacional, que foi criada com intenções muito benevolentes, para ajudar a sociedade, ajudar a indústria a se impor, a crescer e hoje está nas mãos de um homem como este. E está assim porque ele foi reeleito, não é que esteja sozinho. Ele tem apoio ainda dentro da Fiesp. Não é o Skaf, é o empresariado que ele representa.

Eu sei que existem muitos empresários que estão contra ele, mas tenho a impressão de que a maioria ainda o apoia. Isso é parecido com o que aconteceu na Alemanha dos anos 1930, quando Hitler começou a subir. A indústria o apoiou sabendo que ele era o que era: um fascista. As semelhanças com o que aconteceu na Alemanha de Hitler e o que está acontecendo atualmente aqui no Brasil é muito grande. Há uma pequena diferença, Bolsonaro ainda não tem a maioria do povo. Mas

o Hitler acabou tendo na Alemanha. Depois que assumiu o poder, de maneira enganosa, conseguiu aos poucos fanatizar a população. Aqui, a sorte é que ainda existe imprensa livre, razoavelmente contrária a esses exageros. Não existe nenhum órgão da imprensa declaradamente, nem o SBT é declaradamente pró-Bolsonaro mais. Então, hoje existe algo diferente do que existiu na Alemanha. Não vou dizer que a imprensa vai ser a salvação do Brasil. Não é isso. Mas é um componente importante. A impressão é que estamos chegando a um momento crítico. O mal se corta pela raiz. Não vai haver impeachment, infelizmente. Mas é possível e necessário que o povo vá para as ruas. Eu não vou porque eu não consigo andar mais, mas se arrumar uma boa cadeira de rodas, ainda vou [risos].

– O senhor disse que o impeachment não deve acontecer, mas o senhor acredita que seria necessário para evitar o avanço bolsonarista?

– Veja bem, não vai acontecer porque o Centrão não quer. Está se aproveitando da fraqueza do presidente para ter seus benefícios normais. Tem muita gente do Centrão que prefere ter uma figura tragicômica como o Bolsonaro no governo do que ter um bom governo. Então, tiram proveito disso. Mas esse não é o caso. O caso é, se ele sair agora, vai entrar o quê? Mourão, que é inexpressivo. Não vai fazer diferença. Se houver impeachment, o Centrão continua mandando. E aí é possível chegar uma terceira via um pouco mais enquadrada, mais bem estabelecida e que seria, talvez, um problema para o Lula. Se for uma pessoa bem-intencionada, vai puxar alguns votos do Lula. Para mim, acho que seria importante a volta do Lula. Pelo menos por um mandato ou dois. Não é para voltar o petismo, não é para isso. É para limpar,

limpar as instituições. Porque as instituições brasileiras foram corrompidas, o povo foi corrompido.

O povo fica esperando qual é a besteira – os caras decentes, tá certo? – que o Bolsonaro vai falar amanhã para poder dar risada, para poder falar mal. Falar mal do Bolsonaro tornou-se um vício que prende a gente e nós nos satisfazemos em xingar Bolsonaro. E isso degrada moralmente a sociedade. Tenho impressão de que há um mal que está sendo construído e que vai demorar muito tempo para ser resolvido. Então, talvez, será preciso um espírito como o Lula, porque eu acredito que o Lula é mágico. Uma vez a Dilma me falou que ele é genial e eu falei: não, Lula não é gênio. Ele é mágico. Lula muda a realidade. Quando ele fala, consegue mudar o panorama, vira outra coisa. Então, tenho a impressão de que a gente precisa do Lula nesse momento. Mesmo um outro candidato, claro que não estou falando de “Hucks da vida” porque aquilo lá é uma excrecência, mas estou falando de outras possibilidades como esse presidente do Senado, que tem aparência um pouco melhor. Seria mais palatável do que o Bolsonaro e é capaz de pegar eleitores do Bolsonaro e ainda puxar alguns dos que estão com Lula porque são contra o Bolsonaro. Existe gente desse jeito.

– Recentemente, o senhor publicou um artigo na Folha falando sobre o preconceito contra o Lula. Ele vai conseguir dobrar essa elite preconceituosa ou precisará derrotá-la?

– Veja bem, acho que a elite não é homogênea. Tem vários componentes. Do que conheço, são pessoas muito diferentes umas das outras. Acho que muitos apoiariam o Lula contra o Bolsonaro. Mesmo aqueles três com os quais eu mexi – Horácio Lafer Piva, Pedro Wongstschowski e Pedro

Passos –, entre os dois [Bolsonaro e o ex-presidente], apoiariam o Lula. Apesar de terem escrito aquela porcaria daquele artigo “Nem Bolsonaro, nem Lula”. Mas ali acho que é um jogo político. Estão querendo ganhar espaço na Fiesp porque são oposição ao [Paulo] Skaf. E se não falarem mal do Lula, não têm muito acesso à mídia e coisa e tal.

Agora, tem muita gente dessa elite que não votaria no Lula. Tem médicos que até hoje apoiam o Bolsonaro. É uma coisa inacreditável. Ficaram tão ofendidos com o Mais Médicos da Dilma que hoje o Lula parece um inimigo mortal. E estou falando de médicos que não são burros. Médicos que as vezes têm até um lado decente, que ajudam os outros. Há engenheiros também. Eles têm dentro deles um tipo de psicologia que os faz rejeitar um operário. A questão da casta, da elite, do fulano que se sente superior porque tem poses, isso é muito forte. Isso a gente não pode menosprezar.

– Mas será necessário derrotar essas pessoas ou é o caso de tentar se aproximar?

– Vai depender de quem é o opositor. Acho que o Lula não deve ter uma estratégia traçada já. Acho que para lidar com a elite, deve depender de quem for o oponente real dele. Se for Bolsonaro, poderá ter estratégia mais simples. Se for outro, terá que ser mais ameno.

– O senhor falou sobre a dificuldade em torno desse movimento bolsonarista, que vai permanecer por um período. Na sua perspectiva, para solucionar essa questão seria importante uma união de diferentes setores da classe política, algo como uma frente ampla?

– Olha, nessa hora ninguém é melhor do que o Lula. Ele é muito bom para essas coisas. Lula vai ter que buscar colaboração e

conviver com outras ideias. Para ele, não é difícil. Lula é uma pessoa mais do que inteligente. E ele precisa ganhar, percebe que hoje é importante para o Brasil que ele ganhe. E com essa motivação fundamental, vai ter que se entender com algumas pessoas e conversar com muita gente, inclusive com os apoiadores do Centrão. Eu achei que estivesse se entendendo com o Gilberto Kassab. Da última vez que estive com Lula, eu elogiei o Kassab. Ele é um cara eficiente. Se ele se entender com Kassab, leva

LULA É UMA PESSOA MAIS DO QUE INTELIGENTE. E ELE PRECISA GANHAR, PERCEBE QUE HOJE É IMPORTANTE PARA O BRASIL QUE ELE GANHE

muita gente. Acho que vai ter que se entender com pessoas como o Kassab, que disse que lançaria o presidente do Senado, mas é muito vivo. Se o cara não tiver chance de ganhar, ele muda.

– O senhor acredita ser possível recuperar o prejuízo provocado pelo Bolsonaro?

– A área da ciência está muito prejudicada pelo governo. Veja, tenho convicção que não casa muito com o que o conglomerado científico defende. Só se consegue

chegar a algum lugar quando se concentra recursos e poder em alguns locais. Lula não fez isso. Deu muito dinheiro para o sistema, isso é verdade. Mais do que dobrou o orçamento. Ele é sensível, sabe que tecnologia é importante. Mas onde concentrou dinheiro, só aqui no CNPEM que deram dinheiro a mais. Porque tem essa coisa dessa falsa democracia de que tem que ser distributivo, dar R\$ 500 para cada e ninguém vai fazer nada com isso. Ou seja, tem um monte de gente que tem pouco dinheiro e não consegue fazer nada. Então, tem que concentrar em alguns projetos. Lula não fez isso. Mas acho que está entendendo agora. Acho que o CNPEM é um bom exemplo. O conseguimos no CNPEM, graças a uma confluência de competências e de recursos, é inesperado no Brasil. Veja o que aconteceu com o Inpe, que faz um trabalho de necessidade nacional, estratégico. Ele foi abandonado. Em uma época, houve uma certa concentração, mas que aconteceu pela necessidade e não pela convicção de que só isso faz com que a ciência avance. E o mundo inteiro está fazendo isso agora. Os EUA sempre fizeram. Este é um momento muito ruim para a ciência no Brasil.

Mas não é a ciência que vai resolver o Brasil. A educação é mais importante. Eu reconheço. É preciso, não precisa aumentar muito, mas a qualidade das universidades, o ensino médio e o ensino profissional têm que ter apoio mais decisivo do governo. Não pode ser um projeto qualquer. Têm que ser projetos muito bem pensados. E temos gente competente nessa área. A educação precisa voltar a ter um apoio decisivo. Mas esse ministro da Educação dizer que o Brasil precisa de poucos estudantes de nível superior é de uma... Tudo bem se a Inglaterra dissesse isso porque têm bastante ou os EUA. Mas o Brasil? E os EUA ainda vão buscar mais gen-

te fora para a área de ciência e tecnologia. O Brasil está mandando gente embora.

– O país vive essa fuga de cérebros. Isso pode ser recuperado?

– Pode ser que alguém volte se as condições forem satisfatórias, mas esse governo não percebe isso. Lula vai perceber isso, claro. Vai fazer um esforço pela ciência e tecnologia. Acho, inclusive, que vai ter uma boa assessoria porque já tem pessoas relacionadas com ele dessa área que vão fazer um bom trabalho.

– E com relação à cultura?

– A área cultural vai ser difícil de recuperar. É muito tempo perdido e estragado. Muita coisa foi abandonada. O pessoal responsável pela área cultural é uma lástima. Tudo isso é difícil de recuperar porque quando se tira uma coisa importante do lugar para colocar outra ruim, ela cria escola, cria raízes. Então, recuperar é sempre muito difícil. Na área de ciência também vai ser difícil, na educação. A cultura toda está um pouco desqualificada. Aliás, o que tenho achado de excepcional é a qualidade dos jornalistas brasileiros de hoje. Jovens com uma percepção muito grande. Não havia isso no tempo em que trabalhei da Folha de S. Paulo. Hoje, a Folha tem comentaristas muito bons. Sei que tem um viés, é uma empresa, tem os empresários, né? São pessoas também com alguma qualificação intelectual. Entretanto, acho que os jornalistas na Folha hoje são muito mais competentes do que na minha época, apesar de que havia grandes nomes como Janio de Freitas, mas falo da quantidade, a diversidade de gente boa.

– Sobre o movimento bolsonarista, alguns o tratam como fascista. Outros dizem que tem traços fascistas. A Focus

apontou elementos sobre a relação entre Bolsonaro e grupos neonazistas. Na sua opinião, esse tipo de pensamento sempre esteve presente ou passa a ter força e a se organizar a partir de acontecimentos mais recentes como a Lava Jato?

– Durante o governo Geisel, os neonazistas chegaram a tentar colocar uma bomba na minha casa. Havia um movimento, pouca gente possivelmente. Mandaram cartas ameaçando. Invadiram a casa do Mário Schenberg, agrediram a esposa dele. Invadiram o meu escritório na Unicamp e arrasaram com a minha documentação. Tentaram sequestrar o filho da minha secretária porque consideraram que ela era muito próxima de mim. Há uma atividade neonazista subterrânea que sempre existiu. Tem sedes em Florianópolis, Curitiba, mas só por ali. E isso sempre existiu. Acho que o nazismo em si é uma coisa da natureza humana. Existe essa, digamos, deficiência parcial da natureza humana em que o indivíduo privilegia suas próprias coisas, não se pensa no próximo. Há muitos componentes comportamentais do nazismo e é difícil dizer o que é um neonazista mesmo. Mas é um engano pensar que chegou agora. Ele está aí. Eu não dou muita bola para neonazistas. Acho que é uma coisa pequena, vai haver sempre ter 500 mil pessoas com esse pensamento. Muitos daqueles que estiveram lá no Sete de Setembro dos bolsonaristas, são esse tipo de gente. Não são conscientemente neonazistas, são pessoas que têm um viés psicótico grave.

– Essa reorganização vem de um algum fato recente?

– Não saberia dizer. A presença do Bolsonaro incentiva a existência desses grupos, claro. Veja o motoqueiro, talvez não seja má pessoa. Mas na hora em que aparece um cara como esse que possa ser lí-

der e líder deles, faz se sentirem assessorados e consentidos, então esse pessoal acaba seguindo Bolsonaro. Seguem-no porque ele existe, está aí e atrai certas coisas. A mesma coisa aconteceu na Alemanha. Era um país extremamente civilizado e de uma hora para outra se torna nazista, manda matar judeus, poloneses, todos os diferentes que encontraram pelo caminho. Isso é uma perversão que nasce no indivíduo, mas que acaba entrando em aceleração por causa de pessoas que seguem esses líderes. Esse é um fenômeno histórico. Atrás desse líder se formam batalhões. Quando Bolsonaro se candidatou, escrevi um artigo alertando sobre isso. O problema não é Bolsonaro. É ele como líder, com potencial que tem um presidente da República de atrair simpatia. Quanta gente não foi atrás do Bolsonaro porque ele era um centro símbolo de poder?

– O padre Julio Lancellotti falou algo importante, que é sobre o quanto é fundamental que não percamos o fio da história. Existe esse risco? É um pouco parte da nossa crise atual?

– Perigo existe. Já escrevi sobre isso. Não se deve brincar com Bolsonaro. Ele é um mal e é necessário construir uma estratégia para derrubá-lo. Não vai cair sozinho. O perigo das forças decentes é acharam que ele não é um problema – “Ah, não, ele vai cair”... “Ah, o Lula está muito melhor”. Se ele conseguir esse dinheiro para os programas sociais, ele vai conseguir levar gente para o lado dele, não adianta tentar alertá-los. A questão é que depois da eleição ele nunca mais vai dar dinheiro para as políticas sociais. Muita gente que hoje o critica, vai deixar de criticá-lo. Para mim, ele continua um perigo. E é preciso os líderes políticos do país se entenderem. Senão vai ser um desastre equivalente ao que aconteceu na Alemanha. •



UM CRIME CONTINUADO

Depois de atacar as instituições e afrontar a Suprema Corte, além de sequestrar o Dia da Independência para atentar contra a democracia, o presidente da República se vê isolado. E recorre a Michel Temer, o eterno golpista, para costurar um acordo que permita livrar os filhos da prisão e impedir o impeachment

A estratégia bolsonarista de ataques sucessivos às instituições da República e à democracia brasileira permanece ostensiva, apesar do aparente recuo tático promovido pelo presidente Jair Bolsonaro na última semana. Isolado politicamente, o desmoralizado Chefe de Estado e líder da extrema-direita nacional teve de recorrer a outro golpista para tentar construir um cessar-fogo com as autoridades do Supremo Tribunal Federal e do parlamento.

Em menos de 72 horas, depois

de bater no peito e ameaçar com um golpe o Judiciário, Bolsonaro recebeu a mão amiga de Michel Temer para costurar uma "Declaração à Nação" que o desmoraliza politicamente e acabou revertendo o apoio que tinha entre sua própria base radical nas redes sociais. Chamado de "frouxo" pelos caminhoneiros, que ocuparam durante 48 horas as estradas brasileiras e se deslocaram pela capital do país e de outros 15 estados à espera da decretação de um "estado de sítio", o Mito capitulou, diante do fiasco do ataque.

Depois de partir para cima do

ministro Alexandre de Moraes, da Suprema Corte – chamou-o de "canalha" a uma massa de celebrados que ocupavam a Avenida Paulista no 7 de Setembro, bater no peito e anunciar que não irá mais cumprir decisões judiciais – o boquirroto colocou o rabo entre as pernas. Humilhado depois das reações do presidente do STF, Luiz Fux, disse que não queria ofender e alegou que havia falado "no calor do momento".

"O Supremo Tribunal Federal também não tolerará ameaças à autoridade de suas decisões", avisou Fux, no dia 8. "Se

o desprezo às decisões judiciais ocorre por iniciativa do chefe de qualquer dos [oderes, essa atitude, além de representar atentado à democracia, configura crime de responsabilidade, a ser analisado pelo Congresso Nacional”, lembrou. “Estejamos atentos a esses falsos profetas do patriotismo, que ignoram que democracias verdadeiras não admitem que se coloque o povo contra o povo, ou o povo contra as suas próprias instituições. Todos sabemos que quem promove o discurso do ‘nós contra eles’ não propaga democracia, mas a política do caos”.

As palavras duras calaram o genocida. Na quinta-feira, 9, preocupado com o tom usado pelo presidente da Suprema Corte do outro lado da Praça dos Três Poderes, Bolsonaro mandou um avião buscar em São Paulo, o ex-residente do Alvorada Michel Temer. O vice-presidente que tramou contra Dilma Rousseff e liderou o Golpe de 2016 veio prontamente com a ideia de colocar panos quentes na crise. Teve a ideia de redigir uma carta de rendição do outro golpista, buscando em troca, reocupar espaço na arena da política nacional.

“Nunca tive nenhuma intenção de agredir quaisquer dos poderes”, diz a carta. “A harmonia entre eles não é vontade minha, mas determinação constitucional que todos, sem exceção, devem respeitar”, continua. Em seguida, a capitulação: “Por isso quero declarar que minhas palavras, por vezes contundentes, decorreram do calor do momento e dos embates que sempre visaram o bem comum”.

É a segunda vez na história que Temer ajuda Bolsonaro. Em 1999, quando era deputado federal pelo PP e o golpista de 2016 ocupava a Presidência da Câmara, o ex-capitão defendeu o fechamento do Congresso Na-



Ricardo Stuckert

MOTIVOS NÃO FALTAM “Nunca na história do Brasil um presidente teve tantas razões para ser impichado como Bolsonaro”, adverte Lula

cional e o fuzilamento do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

O então presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), bateu duro e defendeu a cassação do mandato do parlamentar. “Não tenho porque tomar conhecimento das loucuras de alguém que, evidentemente, está perdendo o senso. Se ele prega isso, a Câmara deveria cassar o mandato dele”, defendeu.

MICHEL TEMER TEM HISTÓRIA. EM 1999, LIVROU A CARA DE BOLSONARO, QUE DEFENDIA O FECHAMENTO DO CONGRESSO E FUZILAMENTO DE FHC. FOI POUADO

A oposição liderada pelo PT, na época, também defendeu a medida e abertura de processo contra Bolsonaro pelo Conselho de Ética da Câmara. Mas Temer passou pano e poupou Bolsonaro.

Mais uma vez, o esforço de colocar panos quentes na crise prevalece entre as autoridades. Ao contrário de ACM, que não poupou o extremista, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) também voltou às protocolares declarações pregando “harmonia e convívio respeitoso entre poderes”. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sentado sobre 130 pedidos de impeachment, fez que não viu nada demais e também recorreu às palavras com mais do mesmo. Só a oposição permanece atenta e alerta que Bolsonaro não vai parar até conseguir seu intento de permanecer no poder a qualquer custo, mesmo que seja passando por cima da democracia, desrespeitando a vontade da maioria dos eleitores.

“Ninguém estressa instituições e ameaça a democracia só pelo ‘calor do momento’”, adverte a deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), presidenta nacional do PT. Ele diz que as palavras de “harmonia” de Bolsonaro não convencem. E assegura, enquanto o



Rede Brasil Atual

CHEGA DE ENGANANÇA Haddad: “Temos que contar votos. Senão, estamos falando de uma abstração. Impeachment é voto no Congresso”

ex-capitão estiver na Presidência, o Brasil e sua democracia estarão sob ameaça. “A natureza de Bolsonaro é golpista, antidemocrática. Bom que diga que recuou, mas seus ditos e desditos não inspiram a menor confiança. Temos de manter a defesa permanente da democracia diante do risco que ele é”.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que lidera as pesquisas preferências para as eleições presidenciais de 2022, foi na mesma linha. “Nunca na história do Brasil um presidente teve tantas razões para ser impichado como Bolsonaro”, disse, destacando os ataques às instituições e à democracia, o envolvimento do ex-capitão com as rachadinhas e as milícias, o gabinete do ódio e das fake news e as sabotagens que promoveu no combate ao coronavírus.

“Já existem mais de 100 pedidos e nenhum foi votado porque pararam na Presidência da Câmara”, lamentou. “Os partidos políticos devem cobrar a abertura do processo de impeachment. O povo brasileiro não merece e não pode seguir sofrendo neste governo de destruição”, completou Lula.

O mesmo tom de advertência partiu do ex-ministro e ex-pre-

feito Fernando Haddad. “A obrigação de todo partido progressista é lutar pelo impeachment de Bolsonaro”, disse. “Ele é um risco real à vida das pessoas, aos empregos, à economia, ao meio ambiente, à imagem do Brasil no exterior”. Adversário de Bolsonaro nas eleições de 2018, vítima dos ataques e fake news espalhados pelo líder da extrema-direita com apoio e financiamento da direita internacional, Haddad cobrou posição clara dos parlamentares, especialmente agora que partidos da direita começam a falar que apoiarão um processo para retirar o presidente do Planalto.

“O que nós temos de saber hoje é quais são os deputados que ainda mantêm o Bolsonaro no poder apesar dos inúmeros crimes de responsabilidade que ele comete semanalmente. Então, se estão falando agora que são a favor do impeachment, então vamos ver quais são os deputados que são a favor do impeachment. Temos de tirar do armário esses caras que ficaram em cima do muro este ano e meio”, defendeu. “Temos que parar de fazer cena e contar votos. Se não contar voto, estamos falando de uma abstração. Impeachment é voto no Congresso, não tem outra coisa”. •

THE GUARDIAN VÊ ATAQUE À DEMOCRACIA

Em editorial publicado na quinta-feira, 9, o jornal inglês The Guardian alertou que, sob Jair Bolsonaro, a democracia no Brasil está sob ataque constante e segue fragilizada. “O presidente de extrema-direita nunca escondeu sua admiração pela ditadura”, lembra o jornal. “Há temores crescentes de que ele não aceite a derrota na eleição do próximo ano”.

“Se Bolsonaro continuar no poder, isso não apenas agravará a emergência climática ao colocar ainda mais a Amazônia em perigo; irá encorajar e encorajar o populismo de extrema direita em outros lugares”, opina. “Todos nós deveríamos estar alarmados”.

“Ao contrário de [Donald] Trump, Bolsonaro começou seu planejamento um ano antes de uma possível derrota e tem um corpo considerável de admiradores nas fileiras do Exército. E, ao contrário dos Estados Unidos, o Brasil já suportou duas décadas de ditadura militar”, lembra o periódico, um dos mais influentes do mundo.

“Alguns alertam sobre o risco muito real de um evento semelhante à invasão do Capitólio, mas mais sério. Outros acreditam que já está acontecendo: a cada dia que Bolsonaro está no poder, ele corrói ainda mais a democracia do Brasil”.

“Para os que apoiadores de outrora, ficarem surpresos com a forma como a [residência de Bolsonaro] está se saindo sugere uma ingenuidade impressionante ou uma estupidez ainda mais marcante”, define. •

MULHERES INDÍGENAS PROMOVEM ATO EM DEFESA DAS TERRAS



Ricardo Stuckert

Em meio aos mais graves ataques promovidos pelo governo contra os povos indígenas, Brasília assistiu na sexta-feira, 10, a 2ª Marcha das Mulheres Indígenas, reunindo 5 mil mulheres de 172 povos indígenas e de todos os biomas do país. Com dança, música, rituais e protestos as indígenas percorreram as avenidas da capital.

“A gente luta pelo nosso território e pelo nosso corpo. A gente luta pelas parentas, contra a violência que tem crescido bastante, o feminicídio das mulheres indígenas”, disse Marinete Almeida,

do povo Tukano, do Amazonas. “Precisamos ecoar nossas vozes, dizer que estamos aqui, os originários estão aqui nessas terras, estão lutando por elas, porque se a gente não lutar hoje não terá terra, não terá floresta”.

“Precisamos que demarquem nossas terras, que respeitem nossa cultura, nossa vida, que preservem as florestas, que olhem para nós mulheres com respeito”, destacou. Ela está acampada em Brasília desde 7 de Setembro.

Durante a Marcha, as mulheres indígenas se mantiveram mobilizadas para acompanhar o

juízo da tese ruralista do Marco Temporal, no Supremo Tribunal Federal, que deve retomar na próxima semana. A ação tenta alterar a política de demarcação de terras indígenas.

O ministro-relator, Luiz Edson Fachin, votou pelo arquivamento da ação. Em decisão festejada por milhares de indígenas que acompanham o julgamento há mais de três semanas, Fachin rejeitou a tese jurídica do marco temporal, segundo a qual só podem ser demarcadas terras indígenas ocupadas até 5 de outubro de 1988. •

NAS RUAS EM 2 DE OUTUBRO

A coordenação da Campanha “Fora, Bolsonaro” divulgou nota oficial na sexta-feira, 10, anunciando a realização para 2 de outubro de novas manifestações no Brasil e no exterior contra o governo liderado pelo presidente genocida. De acordo com os organizadores, a convocação tem por objetivo continuar a pressão pelo fim do governo responsável pelo desemprego, fome, inflação, miséria e a morte de quase 590 mil pessoas.

A mobilização está em sintonia com os partidos de oposição



que se reuniram e apontaram a construção de mobilizações para o início do mês de outubro. A coordenação da Campanha informou ainda que não organiza ou convoca as manifestações anunciadas para 12 de setembro.

“Não acreditamos no Bolsona-

ro, ele é um mentiroso contumaz, bate e recua. É o modus operandi dele. Seguiremos nas ruas até derrubá-lo”, diz Raimundo Bonfim, coordenador nacional da Central de Movimentos Populares (CMP) e um dos dirigentes da campanha. •

O FALSO PATRIOTA

A estratégia utilizada por demagogos é a forma mesquinha e aproveitadora para iludir o povo e “passar a boiada” para implementar políticas que beneficiam uma elite endinheirada

Elvino Bohn Gass

A deplorável performance golpista do presidente neofascista Jair Bolsonaro no 7 de Setembro desfez



qualquer dúvida de que é um falso patriota que tenta se apropriar dos símbolos nacionais. Ele e seu bando de fanáticos acham que patriotismo é vestir-se de verde e amarelo e se enrolar em uma bandeira para cantar o Hino Nacional, como se fossem donos do país. A Pátria tem dono sim, mas é do povo e não de Bolsonaro, um presidente que age como chefe de milícia.

O falso patriotismo é utilizado por demagogos de forma mesquinha e aproveitadora para iludir o povo e “passar a boiada” para implementar políticas que beneficiem uma elite endinheirada que usa o Estado a fim de aumentar suas próprias riquezas. Bolsonaro usa o verde e amarelo para desviar a atenção de sua incompetência, da aversão ao trabalho e dos inúmeros crimes que pratica com sua família ou com suas ações de governo.

Nada mais emblemático que a ocorrência de crimes ambientais desde que assumiu o cargo de presidente. Tudo em nome do lucro de um pequeno grupo de grandes fazendeiros, grileiros, madeireiro e garimpeiros que destroem um patrimônio inestimável que pertence a todo o povo brasileiro.

Usa o patriotismo para engabelar incautos sobre a suposta sanha estrangeira na Amazônia, enquanto as florestas e rios são destruídos por uma horda de criminosos – que, não por acaso, são todos seus apoiadores.

A política econômica atual é antinacional, contraria os interesses da Pátria, ao atacar os direitos coletivos trabalhistas e sociais e abrir aos estrangeiros a possibilidade de controle quase que total do país, com privatizações absurdas, como se o Brasil fosse uma neocolônia. O patriotismo de Bolsonaro é de bater continência para a bandeira dos EUA. Seus seguidores ainda saem com faixas em inglês com dizeres golpistas, alguns enrolados em bandeiras do tio Sam.

Bolsonaro age como fora da lei, num banditismo camuflado em discursos mentirosos em defesa da família, uma hipocrisia abissal. Fala em nome de Deus e pratica o oposto dos ensinamentos cristãos. Fala como se fosse o salvador da Pátria, mas seu discurso golpista e desestabilizador fez empresas brasileiras perderem bilhões de reais em valor de mercado na Bolsa de Valores no dia seguinte ao 7 de Setembro.

É um patriotismo de ocasião, macabro. Que Pátria é essa do miliciano que implementa políticas que trazem de volta a fome e a miséria? Um governo que deixou morrer 600 mil pessoas só porque negociava vacina com quem pagava propina?

Como disse o presidente do STF, Luiz Fux, Bolsonaro age como um golpista e de forma criminosa atenta contra a democracia, ao ofender ministros da Suprema Corte e incitar a população a propagar discurso de ódio contra a instituição. O falso patriota quer espalhar a anarquia ao ameaçar não cumprir decisões judiciais.

“Estejamos atentos a esses falsos profetas do patriotismo, que ignoram que democracias verdadeiras não admitem que se coloque o povo contra o povo, ou o povo contra suas instituições. (...) O verdadeiro patriota não fecha os olhos para os problemas reais e urgentes do país”, alertou o presidente da Suprema Corte.

Bolsonaro, de fato, foge da realidade e não age para enfrentar a pandemia, o desemprego, a fome, a miséria, a inflação, o aumento de preço desenfreado do gás de cozinha, gasolina, diesel e alimentos. A falta de energia está no horizonte, mas o ex-capitão fala de voto impresso e outras asneiras.

Enquanto Lula lançou otimismo e esperança aos brasileiros em pronunciamento à Nação no dia 6/09, Bolsonaro não tocou nos problemas reais e insistiu em inocular ódio e desesperança.

Diante desse descalabro, o Congresso precisa levantar a voz, antes que seja tarde. Mostrar firmeza para impedir o avanço da escalada autoritária e fazer progredir o processo de impeachment. Chega! A Pátria de verdade está em risco. Fora, Bolsonaro! •

Deputado federal pelo Rio Grande do Sul, é líder do PT na Câmara dos Deputados.



PALAVRAS DE UM ESTADISTA

“É papel de um presidente manter acesa a confiança no presente e no futuro”, lembou Lula. No Dia da Independência, o ex-presidente levou aos brasileiros a mensagem fundamental de esperança em dias melhores: “Vamos reconstruir esse país, com justiça, soberania e oportunidades”

No Dia da Independência, enquanto o presidente Jair Bolsonaro apregou a desobediência civil e cometeu novos crimes de responsabilidade ao atacar a Suprema Corte, anunciando que descumprirá decisões judiciais, Luiz Inácio Lula da Silva voltou a trazer a esperança de dias melhores e uma sociedade mais justa e fraterna aos brasileiros. Às vésperas das comemorações do 7 de Setembro, Lula falou à Nação. Reafirmou que é possível reconstruir o Brasil, com a força e a

coragem do povo, para transformar a realidade, de ódio e destruição das riquezas nacionais, em um destino com soberania, paz e prosperidade.

“Tive a honra de presidir o Brasil durante oito anos”, lembrou. “A cada 7 de Setembro, procurava trazer uma mensagem de esperança para o povo brasileiro. Recordo que, muitas vezes, anunciei boas notícias nessa data. Porque o Brasil, naquele tempo, era um país onde a vida das pessoas estava mudando para melhor”, disse.

“A cada dia mais empregos

eram criados, o salário crescia, os jovens negros e filhos de trabalhadores chegavam à universidade, as oportunidades se abriam para quem precisava ter uma chance”, observou. Lula lembrou que a Data Nacional da Independência também tornou-se “um dia para compartilharmos nossas conquistas”.

Ele enfatizou que é papel do presidente “manter acesa a confiança da população no presente e no futuro do país, mostrar que é possível superar os obstáculos”. Disse o ex-mandatário: “Um presidente tem de saber somar

forças para governar com esse sentimento permanente, porque é dele que vem um exemplo para o país”.

Lula lamentou o quadro de crise aguda da economia brasileira, em especial a volta da fome, a explosão do desemprego e da inflação que massacraram o poder de compra do trabalhador – frutos da política de Bolsonaro desenhada por Paulo Guedes. Ele também criticou o atual ocupante do Planalto por sua falta de empatia e solidariedade com o sofrimento do povo. “Ao invés de somar, [Bolsonaro] estimula a divisão, o ódio e a violência. Definitivamente, não é isso que o Brasil espera de um presidente”.

“Especialmente neste 7 de Setembro de um ano tão difícil, era de se esperar um gesto assim de quem está governando o país, que ele desse uma palavra de solidariedade às famílias vítimas da pandemia e viesse anunciar um plano para garantir a vacina para todos, pondo um fim a essa angústia que a população vive”, declarou Lula, em seu pronunciamento aos brasileiros.

“Era de se esperar um plano para gerar empregos, que desse um alento aos trabalhadores. Que viesse dizer que a Petrobrás vai voltar a vender gasolina pelo custo real e não mais pelo preço do dólar. Porque foi essa política errada que fez disparar os preços dos combustíveis”, criticou. Ele lembrou que, sem o Estado, não é possível crescer com soberania.

“O Brasil andou para trás porque o governo federal parou de investir no crescimento e nos programas que ajudam o povo”, criticou. “Cortaram as verbas das escolas, dos hospitais, da agricultura familiar, encolheram o Bolsa Família. Nenhum país do mundo vai para frente sem investimento público”, advertiu.

Pobre no orçamento

Para Lula, o caminho de prosperidade passa por investimentos sólidos em programas que incluam a população mais vulnerável no orçamento federal. Além disso, é necessário uma reforma tributária mais justa com que ganha menos e equilibrada para os mais ricos.

“Venho dizendo que a solução para o país é colocar o pobre no orçamento e o rico no imposto de renda”, insistiu. “A fome, a pobreza, o desemprego e a desigualdade não são mandamentos divinos, são resultado de erros que nós podemos e devemos corrigir, para mudar essa situação. Mudar com coragem, com confiança na nossa gente e com democracia sempre”, disse.

“Pararam as obras que geram emprego, que fazem a economia crescer e, ao mesmo tempo, continuaram cobrando, cada vez mais, imposto dos pobres do que dos ricos. São essas injustiças que precisamos enfrentar novamente para colocar o Brasil em pé”.

Reconstrução e fé no futuro

Lula encerrou sua fala pedindo aos brasileiros que confiem na própria capacidade de superar adversidades e que tem fé em dias melhores para a atual e futuras gerações. “Sei que a vida nunca foi tão dura para a imensa maioria do nosso povo”, disse. “Mas eu aprendi a acreditar sempre na força dos brasileiros e das brasileiras”.

“Neste 7 de setembro, quero deixar registrada uma mensagem de esperança: é preciso continuar lutando para superar esse momento, como superamos tantas outras crises no passado. Tenho fé que vamos reconstruir esse país, com justiça, soberania e oportunidades para nós, nossos filhos e netos”, encerrou o presidente. •

COM MANO BROWN, CONVERSA SOBRE JUVENTUDE E POLÍTICA

Em uma conversa que durou mais de duas horas, Lula e o rapper Mano Brown mobilizaram a internet na quinta, 9. A participação do ex-presidente no podcast *Mano a Mano* foi um dos assuntos mais comentados do Twitter quando o programa foi ao ar. Brown e Lula conversaram sobre religião, juventude e falaram da relação dos dois.

Em tom emocionado, Lula começou a entrevista lembrando que ele e Mano Brown estiveram juntos em diversos atos e manifestações e elogiou a capacidade de mobilização do rapper. “Não é fácil se manter na liderança por tanto tempo como você, falando com a periferia”.

Brown contou que começou a se identificar com o ex-presidente ainda na infância, nos anos 80. Para o rapper, Lula e o PT representavam uma esperança de melhoria de vida para famílias pobres como a dele.

A lembrança motivou Lula a relembrar a história da fundação do PT e a sua transição de sindicalista a líder político. “Em 1978, fizemos as grandes greves do ABC, mas eu dizia que não gostava de política e de quem gosta de política. Eu era um ignorante. Quando a gente não gosta de política, o ovo da serpente vai parir um Bolsonaro”, analisou.

Brown disse a Lula que parte da nova geração ainda não conhece as realizações do seu governo. “Minha geração vê você como o candidato que perdeu três eleições, enquanto a nova geração te vê como a situação, o presidente. Você fez quase um milagre no Brasil, mas os jovens não te conhecem ainda”, disse. •



O CÍRCULO VICIOSO

Arquivo

DA EXTREMA-DIREITA

A opinião pública considera como principais problemas do Brasil hoje as questões relacionadas à economia – como desemprego, inflação, má condução econômica – e saúde. Já o grosso do bolsonarismo – 59% – enxerga no STF o inimigo do presidente

Matheus Tancredo Toledo* e
Jordana Dias Pereira**

Grande parte das análises sobre as manifestações de 7 de Setembro procuraram dar a dimensão do potencial de mobilização do bolsonarismo. Aqui, ampliamos tal perspectiva de análise, compreendendo o dia 7 não como um evento isolado no tempo, mas como um acontecimen-

to dentro de um processo mais amplo.

Estudos qualitativos promovidos pela professora Isabella Kalil, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), realizados desde 2016, identificaram 16 perfis de eleitores bolsonaristas. Ainda que tenham significativas diferenças e motivações para a escolha do voto, todos eram atravessados pela ideia de “cidadão de bem” – amplamente explorada na

campanha vitoriosa de Bolsonaro pelo PSL nas eleições de 2018. O “cidadão de bem” repudiaria a corrupção moral e política.

Nas manifestações de 15 de março de 2020, a professora da FESPSP começa a detectar o fortalecimento de um outro tipo de perfil: o patriota – aquele mais radical, capaz de “dar a vida pelo país” em nome da “pátria”, da “liberdade” ou daquele que consideram um “mito”.

A partir deste viés, é possível

entender as mobilizações do último final de semana em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro como um ápice destas manifestações mais radicalizadas. E que foram iniciadas ainda em março de 2020. A partir dali, Bolsonaro, continuamente, vem testando e aperfeiçoando nas ruas e nas redes um extremismo anti-democrático, demandado pelos “patriotas”, à medida que se afasta dos segmentos mais moderados, os “cidadão de bem”.

A pesquisa realizada pelo Monitor do Debate Político no Meio Digital com manifestantes na Avenida Paulista, em São Paulo, no próprio Dia da Independência, ajuda a traçar um perfil de quem estava nas ruas, assim como suas motivações. A partir do levantamento, coordenado pelos professores Pablo Ortellado e Marcio Moretto Ribeiro, é possível traçar um perfil dos manifestantes: 88% votaram em Bolsonaro no primeiro turno em 2018; 77% se consideram de direita, 65% se intitulam muito conservadores e 30%, pouco conservadores.

Ainda há outros dados: 37% são católicos e 36% evangélicos; 61% são homens, 60% brancos, 42% têm mais que 50 anos, 43% com renda acima de cinco salários mínimos, 38% com renda de 2 a 5 salários mínimos – entre R\$ 2,2 mil e R\$ 5,5 mil –; 60% têm curso superior completo ou incompleto. Chama a atenção também que 27% afirmaram ser de fora da Região Metropolitana de São Paulo, o que demonstra que houve deslocamento de outras localidades para participação nas manifestações realizadas na capital paulista.

Perguntados sobre qual seria o principal inimigo de Jair Bolsonaro no Brasil, 59% responderam que é o Supremo Tribunal Federal. Para 17%, a esquerda. Outros 15%, a imprensa. E 3%, o Con-



Qual seria o principal inimigo de Bolsonaro no Brasil?

59%	o Supremo Tribunal Federal
17%	a esquerda
15%	a imprensa
3%	o Congresso

gresso. O levantamento mostra que os principais motivos para a presença na rua, segundo os entrevistados, era o impeachment de ministros do STF (29%), a defesa da liberdade de expressão (28%), autorização para Bolsonaro agir (24%), defesa do voto impresso (13%) e decretação da intervenção militar (5%).

Pesquisas com população em geral caminham num sentido quase oposto às pesquisas entre os manifestantes bolsonaristas. A pesquisa do Instituto Atlas, realizada entre 30 de agosto e 4 de setembro, revela que cerca de 56% da população não considera que as manifestações favoráveis ao governo sejam justificadas, número semelhante aos que afirmaram que com certeza não iriam participar dos atos (58,5%).

As pesquisas são enfáticas em demonstrar que as pautas defendidas pelos bolsonaristas estão deslocadas das necessidades reais e materiais imediatas da população assolada pela crise econô-

mica e sanitária. Entre os principais temas de preocupação da população como um todo não estão o fechamento do STF, nem a utilização ou não de urna eletrônica. Ao contrário. Segundo o Instituto Atlas, por exemplo, 78% da população é contrária à intervenção militar, enquanto 12% são a favor e 11% não sabem responder.

A opinião pública em geral considera como principais problemas do Brasil hoje as questões relacionadas à economia – como desemprego, inflação, má condução econômica do Brasil – e à saúde. Não à toa, o governo é considerado ruim ou péssimo para 61% da população, ótimo ou bom para 24% e regular para 13,5%, segundo a pesquisa Atlas. E 58% dos brasileiros querem o impeachment de Bolsonaro, segundo pesquisa do PoderData realizada em agosto. •

* Cientista político, é analista do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da FPA. ** Mestra em sociologia, é coordenadora do Noppe.



REDE DE MENTIRAS DE BOLSONARO AVANÇA

Presidente veta dispositivo que previa até cinco anos de reclusão para crimes de comunicação enganosa massiva na nova Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito. Oposição quer derrubar o esforço de deixar crimes impunes

Danilo Molina

Nas últimas duas semanas, o presidente Jair Bolsonaro deu mostras de que as máquinas de disseminação de fake news e de desinformação deverão funcionar a todo o vapor nas próximas eleições presidenciais, a exemplo do que aconteceu em 2018. O tema representa um grave ameaça à democracia brasileira, tanto que o Supremo Tribunal Federal instaurou inquérito sobre fake news, no qual Bolsonaro é investigado. Além disso, a chapa Bolsonaro-Mourão responde a quatro ações por abuso econômico e uso indevido de redes sociais nas últimas eleições presidenciais junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

A primeira medida de Bolsonaro em favor da disseminação de fake news foi o veto ao artigo que previa até cinco anos de reclusão para crimes de comunicação enganosa de massa na nova Lei de Defesa do Estado Democrático de Di-

reito. No texto aprovado pelo Congresso, esses crimes foram definidos como “promover ou financiar, pessoalmente ou por interposta pessoa, mediante uso de expediente não fornecido diretamente pelo provedor de aplicação de mensagem privada, campanha ou iniciativa para disseminar fatos que sabe inverídicos, e que sejam capazes de comprometer a higidez do processo eleitoral”.

Para o relator da matéria no Senado, Rogério Carvalho (PT-SE), esse veto será derrubado. Ele também avalia que Bolsonaro se utilizou do instrumento do veto para se proteger dos próprios crimes. “A comunicação enganosa em massa produziu nesta pandemia a desinformação e levou milhares de brasileiros à morte”, pondera. “Para além disso, a eleição do Bolsonaro é fruto dessa estratégia que contamina e destrói a nossa democracia. Não há democracia com mentiras”.

O segundo aceno de Bolsonaro aos propagadores de mentiras na internet foi a edição de uma medida provisória que al-

terou o Marco Civil da Internet e que impede as redes sociais de removerem conteúdos ou contas que violam as normas de uso das plataformas. A medida, que blinda a rede bolsonarista de fake news, também libera a publicação de notícias falsas e de discursos de ódio.

O próprio Bolsonaro já teve postagens removidas das redes sociais por violação das regras das plataformas. Em março do ano passado, por exemplo, Facebook, Instagram e Twitter excluíram postagens do presidente relacionadas à pandemia da Covid-19. Nas publicações, o ex-capitão aparecia promovendo aglomerações e se posicionando contra o isolamento social. As plataformas consideraram os conteúdos como desinformação que podia causar danos reais às pessoas.

A reação da oposição à medida provisória do governo foi imediata. Líderes encaminharam ofício ao presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), solicitando a devolução da MP ao Planalto. “Já na Lei de Segurança Nacional ele

Assessorio Dantas

tentou manter a imunidade e de seus apoiadores nesses casos de fake news, inclusive garantindo o direito de fazer isso em processo eleitoral”, critica Humberto Costa (PT-PE). “Bolsonaro quer ter o direito de publicar notícias falsas, promover ataques de ódios, sem estar sujeito a qualquer tipo de ação”.

Nos bastidores, a MP vem sendo chamada de Lei Trump de blindagem aos bolsonaristas, uma alusão ao ex-presidente norte-americano, que utilizou as redes sociais para insuflar a invasão ao Capitólio, em razão de alegada fraude nas eleições presidenciais dos EUA em 2020. Trump foi banido do Twitter e suspenso do Facebook e do Twitter em razão das convocações golpistas.

São evidentes as ligações entre Bolsonaro e a rede de disseminação global de mentiras da extrema direita, liderada por Steve Bannon, ex-estrategista e consultor para assuntos ideológicos de Trump. Bannon, preso nos EUA por fraudes em campanhas, é líder de um movimento internacional de extrema direita, do qual Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) é embaixador na América do Sul.

Na última semana, a Polícia Federal deteve uma aeronave particular em que Jason Miller, ex-assessor de Donald Trump, pretendia deixar o Brasil. Por ordem do ministro do STF, Alexandre de Moraes, Miller prestou depoimento sobre milícias digitais e organização de atos antidemocráticos no país. O norte-americano foi ouvido e, em seguida, liberado.

Na aeronave, também viajava Matthew Tyrmand, um dos diretores do Veritas, projeto que se propõe a filmar jornalistas com câmeras escondidas. Os dois estavam no Brasil para participar de um congresso da



ALERTA Senador Rogério Carvalho (PT-SE) diz que fake news em massa produziu desinformação e levou milhares de brasileiros à morte

extrema-direita organizado por Eduardo Bolsonaro.

A questão da difusão de fake news e campanhas de desinformação é um problema que desperta atenção de diversas democracias no mundo. Já em 2017, relatores especiais da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre liberdade de expressão divulgaram declaração conjunta apontando que as

fakes news, a desinformação e a propaganda são preocupação global.

O comunicado também foi assinado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), pela Organização para Cooperação e Segurança na Europa e pela Comissão Africana sobre Direitos Humanos e dos Povos. No final de 2020, a ONU voltou a demonstrar preocupação com o tema e lançou a campanha “Pause, pense antes de compartilhar”, para assegurar a confiança da informação.

Para a democracia brasileira, o enfrentamento das milícias digitais e de disseminação de fake news ganha ainda mais relevância em razão do presidente, que deu 1.682 declarações falsas apenas em 2020. Trata-se do mesmo chefe de Estado que vem tentando criar uma narrativa golpista e questionando sem provas a integridade das urnas eletrônicas. Bolsonaro pode acionar seus 6,9 milhões de seguidores no Twitter, 18,7 milhões no Instagram e 14,3 milhões no Facebook para tentar deflagrar aqui no Brasil um “Projeto Capitólio”, frente a uma cada vez mais iminente derrota eleitoral. •

**SÃO EVIDENTES
AS LIGAÇÕES
ENTRE BOLSONARO
E A REDE GLOBAL
DE MENTIRAS DA
EXTREMA-DIREITA
MUNDIAL
LIDERADA POR
STEVE BANNON**

CHINA E UNIÃO EUROPEIA **LEGISLAM**

A indústria de divulgação de fake news e desinformação na internet se tornou uma preocupação de todo mundo. O problema envolve não só a manipulação de dados para influenciar comportamentos, como também a proteção de informações de usuários de internet. Por isso, o tema tem sido alvo de regulação em diversos países do mundo, sendo os exemplos mais recentes a China e a União Europeia.

No final do mês passado, a China apresentou a primeira regulação mundial que trata de forma abrangente sobre os algoritmos das plataformas digitais. Os algoritmos são utilizados pelas plataformas para determinar quais conteúdos ou resultados de buscas ficam visíveis e em destaque aos usuários. Ou quais páginas aparecem primeiro para o público na linha do tempo da conta de cada navegante.

A regulação chinesa estabelece a ética, a equidade, a justiça, a abertura e a transparência como princípios que devem ser referência para tecnologias de recomendações feitas por algoritmos. As plataformas não poderão utilizar informações e palavras chaves prejudiciais ou discriminatórias com relação aos interesses dos usuários e terão que evitar a promoção da compulsão ou o vício no uso de serviços.

Outro ponto da regulação chinesa é a proibição de discriminação, inclusive de preço. Isso porque a norma determina especial cuidado com o “tratamento diferenciado em práticas comerciais” especialmente se baseado em dados sobre “hábitos e tendências dos consumidores”. Além disso, as autoridades chinesas poderão inspecionar o funcionamento dos algoritmos, determinando a abertu-



tura dos seus parâmetros de funcionamento em casos específicos.

O tema da campanha de desinformação e da disseminação em massa de fake news não ficou de fora da regulação da China. A norma do país oriental veda o uso de algoritmos para gerenciar ou manipular contas de usuários ou perfis falsos e para “gerenciar contas falsas, falsos likes, comentários ou compartilhamentos, manipular trending topics” e assim por diante. Proíbe também usar algoritmos para interferir no ranking de resultados dos buscadores.

Recentemente, a China já havia adotado uma Lei de Proteção de Dados, baseada no modelo europeu. Aliás, estão em debate na Comissão Europeia dois documentos que tratam sobre o tema: a Lei de Serviços Digitais e o Ato dos Mercados Digitais. Esses regramentos, entre outras coisas, pretendem proteger os consumidores com um maior controle na forma como as empresas de tecnologia utilizam os dados de seus usuários e incentivar a concorrência.

De acordo com a proposta da Lei Europeia de Serviços Digitais, os gigantes tecnológicos serão obrigados a partilhar os dados que recolhem com empresas ri-

vas, caso queiram explorá-los comercialmente. Além disso, a norma estabelece medidas para acabar com notícias falsas e publicações ilegais nas plataformas sociais. As empresas terão que explicar como é que seus algoritmos de anunciantes funcionam, além de fazer relatórios públicos sobre ações nesta área.

Já o Ato dos Mercados Digitais elenca uma lista que define o que as empresas podem ou não fazer em suas operações. Com a regulamentação, as grandes plataformas terão de informar como decidem quais informações e produtos recomendam e o que escondem, e mensurar a capacidade de influenciar essas decisões. Terão ainda que dizer quem paga pelos anúncios e quem decide o que os usuários vão ver.

A legislação também deve enquadrar golpes na internet e vendas de produtos falsificados que infringem os padrões europeus. As plataformas serão obrigadas a “verificar a identidade dos revendedores antes de autorizá-los em sua plataforma”. Para entrar em vigor as duas normas ainda precisarão ser aprovada pelos 27 Estados-Membros da UE e passar pelo Parlamento Europeu. •

A MÍDIA DEVE SER REGULADA

Tabu no Brasil, debate sobre a regulamentação é marcado por interesses econômicos monopolistas. Acesso à informação deve ser um direito de todos, não um privilégio de poucos

Gleisi Hoffmann

Brasil precisa sim modernizar o marco legal das concessões de rádio e TV e dos meios digitais de comunicação para democratizar o acesso à informação. Não há razão para fazer desse assunto um tabu, pois não se trata de constranger a liberdade de expressão. Ao contrário, o debate sobre a regulamentação é necessário para que esse direito seja efetivamente de todos – não privilégio de alguns, como ocorre historicamente em nosso país.

Reino Unido, França, Estados Unidos, Portugal: todos os países normalmente tomados como exemplos de democracia em economias de mercado regulamentam as concessões e até limitam a propriedade cruzada, que é o controle de jornais, rádio, TV, cabo e portais de internet pelo mesmo grupo. No Brasil, esse assunto é cercado de preconceitos, marcado pela desinformação e norteador por interesses econômicos.

A referência para o debate é a Constituição, que determina, em seu artigo 222, a preferência para educação, cultura e jornalismo, com respeito à diversidade, regionalidade e conteúdo local na programação de rádio e



TV, em sentido semelhante ao que se fez, por exemplo, na Lei da TV a Cabo. Mas há 33 anos o artigo 222 é tratado como letra morta, pois o Congresso nunca o regulamentou em leis para serem aplicadas.

Sinais de rádio e TV transitam por um espectro que é um bem público por definição. Da mesma forma que a navegação nos rios e o transporte público, a concessão desse bem público requer leis para garantir o caráter republicano de seu compartilhamento, evitar monopólios e estimular, pela competição, a pluralidade dos conteúdos, visando a contemplar da maneira mais ampla possível os interesses da sociedade.

No Brasil, a concessão de emissoras de TV, especialmente, está concentrada em cinco redes nacionais, sediadas no Rio e São Paulo. Emissoras e retransmissoras regionais são controladas, em boa parte, por grupos políticos, burlando a Constituição. E muitas dessas concessões – públicas de direito – na prática tornaram-se propriedade privada: a grade de programação é revendida a terceiros pelo critério exclusivo do lucro. Isso é democrático?

A Carta estabelece ainda, no artigo 223, o princípio da complementariedade dos sistemas público, estatal e privado nas

concessões de rádio e TV. O sentido é claramente de garantir a pluralidade no acesso aos meios de comunicação e, ainda que não diretamente, a diversidade dos conteúdos.

Enfrentar mais esse tabu, por meio de uma regulamentação democrática, é a maneira mais eficaz de multiplicar vozes, sotaques, cores, imagens e mensagens na comunicação pública do país.

A trajetória do PT está ligada à defesa da liberdade de expressão desde que o partido foi criado, na luta contra a ditadura. Nenhum governo deixou legado maior para a imprensa do que o Portal da Transparência e a Lei de Acesso à Informação, instituídos por Lula e Dilma. Entendemos que, onde há liberdade de imprensa, sonegar informação ao público é tão nefasto quanto impor a censura. Por isso defendemos a pluralidade informativa e o aperfeiçoamento constante do direito de resposta.

Ao propor o debate sobre a regulamentação dos meios de comunicação, nos marcos constitucionais, o que nos move é a certeza de que liberdade, pluralidade e diversidade são inerentes à democracia. E que o acesso à informação deve ser um direito de todos, não um privilégio de poucos. •

Deputada federal pelo Paraná, é presidenta nacional do PT.



UM DEBATE URGENTE. MIRAR O FUTURO PARA ACERTAR O PRESENTE

Há décadas existe o reconhecimento por parte das Nações Unidas de que pluralismo e diversidade precisam ser garantidos por instrumentos como meios públicos e regulação democrática dos sistemas de comunicação

João Brant

Nos últimos 30 anos, o Brasil e o mundo passaram por uma revolução nas comunicações, com a popularização da internet e dos serviços digitais. A forma como a população se informa e os formatos de sociabilidade política foram trans-



formados radicalmente. Meios de comunicação tradicionais seguem tendo impacto significativo na formação da opinião pública, mas as mudanças de hábito da população e os rearranjos econômicos do setor de comunicações

criaram desafios novos, que não estavam no horizonte num longínquo 1988, quando a Constituição Federal foi aprovada.

O que não se transformou desde 1988, contudo, foi o vácuo regulatório no setor de comunicações. Diferentemente de quase todas as democracias consolidadas, o Brasil não tem um órgão regulador independente que atue sobre o setor. E a lei que dá as regras para o funcionamento de emissoras de televisão e rádio é de 1962, tendo sido modificada pontualmente desde então.

A ausência de regulamentação da Constituição em aspec-

tos fundamentais faz com que o quadro institucional do país em 2021 seja o mesmo da ditadura militar. E não tem condições de dar respostas institucionais adequadas aos desafios do presente e do futuro. O país não acertou suas contas com o século 20 e começa a acumular débitos com o século 21.

Valores fundantes

Neste cenário, é preciso entender em quais valores queremos fundar os processos regulatórios da comunicação, e mirar o futuro para conseguir acertar o presente.

O direito de o cidadão estar bem informado para tomar decisões e a liberdade para exercer críticas aos governantes são reconhecidos como essenciais em todas as teorias democráticas. Isso faz da liberdade de opinião e expressão um dos pilares da democracia. Contudo, ela precisa ser reconhecida não apenas na sua dimensão individual, mas também na coletiva, de forma a garantir que a sociedade tenha acesso a informações plurais e diversas.

Há décadas existe o reconhecimento por parte do sistema ONU de que pluralismo e diversidade precisam ser garantidos por instrumentos como meios públicos e regulação democrática dos sistemas de comunicação. Os que acusam censura quando se fala em regulação da comunicação desconhecem, ou fingem desconhecer, essa realidade.

Ao mesmo tempo, as mudanças no ambiente informacional renovaram e ampliaram os desafios de se garantir uma comunicação democrática. Embora o número de produtores de informação tenha aumentado, o consumo efetivo de informação tornou-se, para grande parte da população, menos diverso e menos plural.

Os motivos pra isso estão na ampliação da personalização e segmentação na rede, principalmente por meio do uso de algoritmos e inteligência artificial. Esse quadro é fruto da consolidação de um modelo de negócio baseado na coleta e tratamento de dados pessoais em busca incessante pela atenção e engajamento dos usuários. Além disso, a con-

A AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO EM ASPECTOS FUNDAMENTAIS FAZ COM QUE O QUADRO EM 2021 SEJA O MESMO DA DITADURA MILITAR

fiabilidade da informação passou a ser uma enorme questão, já que a arquitetura das redes sociais favorece a difusão de notícias falsas e enganosas.

Esses impactos na formação de uma esfera pública democrática vieram junto com outros impactos igualmente significativos de natureza geopolítica, econômica, política, social e cultural. Ao pensar a regulação das comunicações no Brasil, é preciso considerar uma agenda ampla, que dê conta de enfrentar esses diferentes impactos, fortalecer iniciativas brasileiras

e garantir soberania econômica, informacional e cultural.

Qual é a agenda?

Do ponto de vista político, isso implica discutir as políticas de moderação de conteúdo pelas plataformas digitais, a exemplo do que fazem hoje o Reino Unido e a União Europeia. Significa também atualizar as políticas de garantia de pluralismo e diversidade em todos os meios de comunicação, e incorporar o desafio do enfrentamento à desinformação.

Do ponto de vista econômico, é preciso enfrentar desde a agenda de tributação das grandes plataformas (cujo modelo gera elisão fiscal) até a transferência de receita de publicidade para empresas estrangeiras como Google e Facebook, que gera perda de recursos fundamentais para a sustentabilidade do jornalismo. Passa também por atualizar o debate sobre concentração econômica, com a identificação de mercados relevantes e a atualização das medidas de promoção à competição.

Do ponto de vista social, é preciso enfrentar o discurso de ódio, a violência online contra mulheres, negros e segmentos LGBTQI e a discriminação algorítmica. É preciso também garantir a proteção de direitos das crianças e adolescentes em todas as mídias. Finalmente, é preciso garantir a proteção e a promoção da diversidade cultural.

A partir dessas bases o Brasil pode, em um novo ciclo democrático que se inicie em 2023, ao mesmo tempo acertar as contas com o passado e se antecipar aos desafios do futuro na comunicação. •

Doutor em ciência política, é pesquisador em políticas de comunicação e cultura. Foi secretário-executivo do Ministério da Cultura (2015-16) no governo Dilma Rousseff

9,68%

PAULO GUEDES PERDE A MÃO E O DRAGÃO ATACA

Inflação de agosto é a maior em 21 anos, puxada pelos combustíveis. IPCA acumulado em 12 meses chega a 9,68% e bate na casa dos dois dígitos. A carestia para os mais pobres já subiu 10,42%

A política de dolarização de preços adotada pela Petrobrás após o Golpe de 2016 continua sendo o principal combustível da carestia no país. Em agosto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indexador oficial da inflação, subiu 0,87%. É a maior alta para o mês desde 2000. A gasolina, que subiu 2,80%, foi o

item com maior impacto individual (0,17 p.p.). O IPCA acumulado em 12 meses chegou a 9,68%, com alta em todas as regiões metropolitanas pesquisadas.

Oito dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados sofreram alta de preços. A maior variação (1,46%) e o maior impacto (0,31 p.p.) vieram dos transportes, que contribuiu sozinho com mais de um terço do IPCA do mês. O

Arquivo

resultado foi influenciado principalmente pela alta dos combustíveis (2,96%), acima da registrada em julho (1,24%). Além da gasolina, os demais combustíveis também subiram: etanol (4,50%), gás veicular (2,06%) e óleo diesel (1,79%).

“O preço da gasolina é influenciado pelos reajustes aplicados nas refinarias de acordo com a política de preços da Petrobras. O dólar, os preços no mercado internacional e o encarecimento dos biocombustíveis são fatores que influenciam os custos, o que acaba sendo repassado ao consumidor final”, explica o analista da pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), André Filipe Guedes Almeida. Em 2021, a gasolina acumula alta de 31,09%, o etanol 40,75% e o diesel 28,02%.

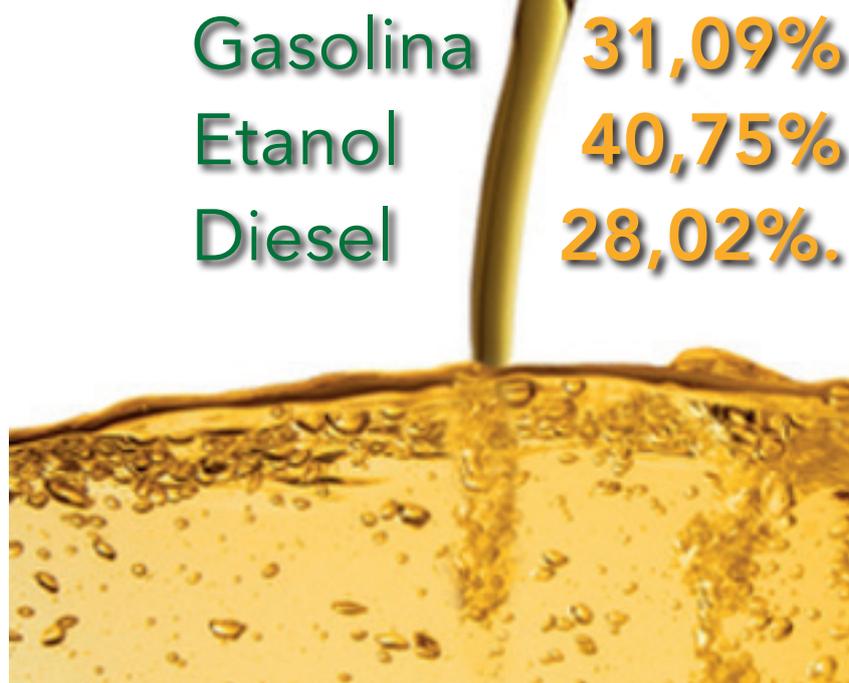
A exemplo de meses anteriores, a segunda maior contribuição (0,29 p.p.) ao IPCA veio de alimentação e bebidas (1,39%), mais que o dobro do aumento de julho (0,60%). O índice de difusão – o quanto os aumentos se espalharam pelos vários itens pesquisados – chegou a 72%, marca só atingida em dezembro do ano passado, quando os preços dos alimentos fugiram ao controle do desgoverno Bolsonaro.

A alimentação no domicílio passou de 0,78% em julho para 1,63% em agosto, principalmente por conta das altas da batata-inglesa (19,91%), do café moído (7,51%), do frango em pedaços (4,47%), das frutas (3,90%) e das carnes (0,63%).

No grupo Habitação (0,68%), a alta foi puxada principalmente pela energia elétrica (1,10%), sob a influência da bandeira tarifária vermelha patamar 2. Em julho, a tarifa sofreu reajuste de 52%, passando a adicionar R\$ 9,492 a cada 100 quilowatts-hora (kWh)

A alta do preço dos combustíveis

Aumento das tarifas acumuladas em 2021



consumidos. Os preços do gás encanado (2,70%) e do gás de botijão (2,40%) também subiram.

A cobrança da bandeira vermelha patamar 2 valeu para julho e agosto, e a partir de 1º de setembro os lares brasileiros já encaram novo aumento nas contas de luz, com a adoção da “nova” bandeira de “escassez hídrica”, que na prática elevou a cobrança adicional para R\$ 14,20. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) avisou que essa bandeira vai perdurar, pelo menos, até 30 de abril de 2022, pressionando a inflação no período.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), referente às famílias com rendimento de um a cinco salários míni-

mos, teve alta semelhante à do IPCA: 0,88% em agosto. Mas no ano o indicador acumula alta de 5,94%, e em 12 meses, de 10,42%, acima dos 9,85% observados nos 12 meses imediatamente anteriores.

Para essa faixa de renda, os produtos alimentícios subiram 1,29% em agosto, ficando acima do resultado de julho (0,66%). Já os não alimentícios tiveram alta de 0,75%, enquanto em julho haviam registrado 1,13%. Já a alimentação fora do domicílio (0,76%) também acelerou em relação a julho (0,14%), principalmente por conta do lanche (1,33%) e da refeição (0,57%). Todas as regiões metropolitanas registraram alta dos preços. •

Agência PT

PRODUÇÃO INDUSTRIAL DESABA E AGRONEGÓCIO PERDE FÔLEGO

Abandonados por Jair Bolsonaro e Paulo Guedes, setores da economia produtiva continuam apresentando desaceleração contínua, causada pela equivocada política econômica e a falta de prumo e de propostas do Palácio do Planalto

Por absoluta falta de políticas anticíclicas do governo para a economia produtiva – a ajuda do Planalto é sempre para o sistema financeiro –, a indústria e o agronegócio patinaram mais uma vez neste ano. A queda da indústria de junho para julho, estima o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi de 1,3% na série de pesquisas da instituição com ajuste sazonal. Já a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas estimada para 2021 recuou 1% em agosto.

Sete dos 15 locais pesquisados pelo IBGE apresentaram taxas negativas na indústria. Amazonas (-14,4%), São Paulo (-2,9%) e Minas Gerais (-2,6%) sofreram os maiores recuos na produção. Por outro lado, a Bahia (6,7%) teve a maior alta em julho, após avançar 13% em junho. Espírito Santo (3,7%) e Região Nordeste (3,4%) vieram em seguida.

A média móvel trimestral também teve variação negativa (0,1%) no trimestre encerrado em julho de 2021, frente a junho. Seis dos 15 locais pesquisados apontaram taxas negativas neste mês, com recuos mais acentuados no Pará (-3,4%), Amazonas (-2,5%), Paraná (-1,8%) e Santa Catarina (-1,0%).

Na comparação com julho de 2020, a indústria cresceu 1,2% em julho de 2021, com sete dos 15 locais pesquisados apontando taxas positivas. Esses resultados foram influenciados pela baixa base de comparação, já que em 2020 o setor, em desaceleração nos anos anteriores, foi afetado pelas para-

lisações impostas como medidas de isolamento social por conta da pandemia.

Abandonado por Bolsonaro, o setor continua afetado pela falta de insumos como no ano passado, mas outros elementos se somaram à escassez. Entre eles, os altos preços da energia em cenário de ameaça de apagão de luz e de água – preocupação maior de 90% dos industriais, segundo a CNI – e a corrosão de rendimentos e poder de compra das famílias, movida por descontrole inflacionário e desemprego histórico.

Falta política

No início do mês, o IBGE já havia divulgado uma queda de 0,2% da indústria no segundo trimestre deste ano. E um levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV) revelou que a confiança do setor, responsável por 20% do PIB brasileiro, voltou a recuar em agosto.

Na ocasião, o economista Claudio Considera resumiu a situação. “A indústria vai mal porque está indo mal o consumo das famílias, a renda das famílias está caindo com a inflação”, explicou ao portal G1. “Não existe um motor impulsionado o PIB brasileiro. Infelizmente, não temos nenhuma política de crescimento econômico.”

Coordenador do Monitor do PIB do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre), levantamento que antecipa o comportamento da economia, Considera prevê que o país continuará sujeito a “esse crescimento medíocre que tem

acompanhado o país já há algum tempo”. “Nós estamos numa situação muito difícil e vamos ficar nessa situação pelo próximo ano, pelo próximo ano e meio”, estima.

“Tem os problemas (de falta de insumo e aumento de custo de energia), mas o problema maior é que não há estímulo para o crescimento do PIB brasileiro”, prosseguiu o economista da FGV. “Tem reforma disso, reforma daquilo, sempre na esperança de que fazendo essas reformas os empresários vão investir, as reformas vão estimular o crescimento econômico, mas isso não tem acontecido.”

O agronegócio também tem perspectiva de queda, prevê o IBGE. Segundo o instituto, em agosto a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas estimada para 2021 deve totalizar 251,7 milhões de toneladas, recuo de 1% (-2,4 milhões de toneladas) frente a 2020 (254,1 milhões de toneladas).

Afetado pela estiagem prolongada, em grande parte causada pelas queimadas promovidas por fazendeiros, o Centro-Oeste é a que sofreu a maior queda (6,1%) em sua estimativa. A região, responsável por 45,5% da safra total do país, deve produzir 114,4 milhões de toneladas em 2021.

A nova previsão também está 1,7% (-4,4 milhões de toneladas) abaixo da estimativa. Mas a área a ser colhida (68,3 milhões de hectares) é 4,3% maior que a área colhida em 2020. Reflexo do avanço da pressão do agronegócio sobre áreas protegidas. • Agência PT



DESPENCA A RENDA DOS BRASILEIROS

Inflação recorde e desemprego histórico corroem o rendimento médio do trabalhador, 9,4% inferior a 2019. Entre a parcela mais pobre da população, perdas chegam a 21,5%. E o poder de compra da cesta básica com um salário mínimo é o menor em 15 anos

Fruitos da política econômica do desgoverno Bolsonaro, a inflação recorde e o desemprego histórico estão corroendo os rendimentos de trabalhadores e trabalhadoras do país. A renda média se encontra 9,4% abaixo do nível do final de 2019, e entre a metade mais pobre da população o abismo é ainda maior, chegando a 21,5%. A estimativa é do economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Social.

Neri aponta o aumento do desemprego como principal causa da queda de renda da metade mais pobre da população. Para a maioria da população, o impacto da falta de trabalho foi de -11,5%. Além disso, muitos dos brasileiros na base da pirâmide social se retiraram do mercado de trabalho por falta de perspectiva de encontrar ocupação.

“A redução de renda dos ocupados, fruto da aceleração da inflação e do próprio desemprego, e a redução da jornada de trabalho completam a queda de renda dos pobres entre o último trimestre de 2019 até o segundo trimestre de 2021, como aproximação dos efeitos totais da pandemia”, explica o economista.

Neri presidiu o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de 2012 a 2014 e foi ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República de 2013 a 2015, no governo Dilma Rousseff. Entre as maiores vítimas da derrocada promovida pela equipe do ministro Paulo Guedes, estão idosos, nordestinos e mulheres.

Os idosos tiveram um recuo de 14,2% na renda média. Os nordestinos perderam 11,4%, enquanto no Sul a perda foi de 8,4%. E as mulheres, que precisaram cuidar dos filhos em casa, sofreram redução na renda de 10,35%, contra 8,4% entre os homens. Os

três grupos amargaram perdas superiores à média (-9,4%).

A consultoria Tendências - que considera, além da renda proveniente do trabalho, outras fontes como Previdência, transferências sociais e lucros, aluguéis e outros - espera queda de 3,2% na massa de renda total das famílias para este ano. O quadro é ainda mais dramático para a classe D/E, com queda projetada de 14,6%.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua,

PARA A MAIORIA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA, O IMPACTO DA FALTA DE TRABALHO FOI DE -11,5% EM 2021, SEGUNDO ESTIMATIVAS DA FGV SOCIAL

divulgada no fim de agosto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), também aponta perdas. A estimativa é de que o rendimento médio dos trabalhadores baixou 6,6%, para R\$ 2.515, no segundo trimestre de 2021, em relação ao mesmo período de 2020.

Pelos dados da Pnad, que avalia o mercado de trabalho de formais e informais ligados ao setor privado, público, trabalhador doméstico, empregador e empregado por conta própria, o país ainda tem um contingente

de pessoas ocupadas estimada em 6,9 milhões abaixo do nível pré-pandêmico - considerando os dados de fevereiro de 2020.

Nesse quadro de completa deterioração do mercado de trabalho, o boletim Salariômetro da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), da Universidade de São Paulo (USP), revela que de janeiro a abril deste ano, 61,6% das negociações salariais coletivas entre patrões e empregados resultaram em reajustes abaixo da inflação.

Apenas 25,4% dos acordos coletivos repuseram a alta de preços e menos ainda (13%) resultaram em reajustes acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), indicador que é referência para os reajustes salariais. No Boletim Focus divulgado pelo Banco Central na última segunda-feira, 6, o mercado financeiro aumentou, pela 22ª semana consecutiva, a projeção para a inflação do país para 7,58% em 2021.

E a última Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, divulgada em julho pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), identificou um valor médio de R\$ 560,65 da cesta básica em 17 capitais analisadas. O valor equivale a 55,68% do ganho líquido do trabalhador remunerado com um salário mínimo (R\$ 1.100).

Com isso, o poder de compra da cesta com um salário mínimo é o menor em 15 anos. O Dieese estima que o salário mínimo necessário deveria ser equivalente a R\$ 5.518,79, valor que corresponde a 5,02 vezes o piso nacional vigente. O cálculo é feito levando em consideração uma família de quatro pessoas, com dois adultos e duas crianças. Como resultado, avançam a miséria, a fome e a falta de perspectivas no país de Jair Bolsonaro. • **Agência PT**



OS EXCLUÍDOS DO BOLSA FAMÍLIA. HOJE E AMANHÃ

Em vez de cuidar da saúde e da economia, Bolsonaro e Guedes apostaram no caos. País tem quase 1,2 milhão de chefes de família sem acesso ao benefício. E outros 1,8 aguardam receber na fila do INSS receber o que é seu por direito

Bia Abramo

Nem bem as escaramuças golpistas do 7 de Setembro tinham sido interrompidas e, no dia seguinte, reportagem publicada pelo Globo avisava: há 1.186.755 pessoas na fila de espera do Bolsa Família. Este contingente de mães e pais de família teria direito ao benefício e já está cadastrado no programa. Mas não está recebendo ajuda.

Na prática, todos foram excluídos dos programas de transferên-

cia de renda, criados pelos governos Lula e ampliados na gestão de Dilma Rousseff. Some-se a isso os mais de 1,8 milhão de beneficiários que estão na fila de espera do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) também aguardando benefícios, e temos mais de 5 milhões de brasileiras e brasileiros com direito assegurado por lei, mas à margem de qualquer tipo de proteção social.

O governo Bolsonaro tem tido nos desastres econômicos que se acumulam em cascata, desde o início do ano, um de seus calcanhares de Aquiles mais evidentes.

Se, de certa forma, a pilha de mortos vem sensibilizando cada vez menos – são quase 590 mil óbitos na pandemia –, seja pela simples exaustão, ou pela naturalização com a qual a imprensa passou a tratar, os efeitos das políticas econômicas de Paulo Guedes tem se mostrado cada vez mais agudas no dia-a-dia do povo brasileiro.

Estudo da FGV Social divulgado na última semana mostra que a taxa de desemprego entre os mais pobres subiu 26,55% para 35,98%. Ou seja, quase 10 pontos percentuais, durante a pandemia. A renda individual média do con-

junto dos brasileiros, incluindo os informais e desempregados, caiu 9,4% em relação ao fim de 2019, antes da Covid. Na metade mais pobre, a perda de renda chegou a 21,5% no período avaliado – dados do último trimestre de 2019 com os do segundo trimestre de 2021. Os 10% mais ricos tiveram, em média, uma queda de 7,16%. Isso atinge menos de um terço dos brasileiros de menor renda.

Outros números que deveriam estar tirando o sono de Bolsonaro e de Guedes: dos 14,4 milhões de desempregados no Brasil registrados pela PNAD no segundo trimestre de 2021, 6 milhões estão sem trabalho há mais de um ano. E, entre esses, 3,8 milhões buscam trabalho há mais de dois anos.

Desde que a gestão de Bolsonaro chegou ao poder, temos desigualdade crescente e se agudizando, desemprego que, além de aumentar, se estende por vários meses. A proporção dos que procuram ocupação há mais de dois anos subiu de 23,9% – primeiro trimestre de 2020 – subiu durante a pandemia para 26,1% – segundo trimestre de 2021.

Toda condução irresponsável e negacionista do governo Bolsonaro se cristalizou numa espécie de lema, cunhado pelo presidente e repetido à exaustão por seus ministros: “É preciso cuidar da saúde, sem esquecer a economia”. Com variantes, esse lema serviu de pretexto para Bolsonaro minimizar a Covid, aprofundar a crise sanitária atrasando a compra de vacinas, desprezar os protocolos sanitários e toda sorte de sandices a que estamos assistindo há 18 meses.

E economia? No terreno de Guedes, o ministro mostra que nunca, jamais esquece da economia. Mas a economia que favorece o mercado e não ao trabalhador. Proteção social não combina com a cartilha de Guedes, que

concedeu a contragosto um Auxílio Emergencial – aquele que seria R\$ 200 e só chegou aos R\$ 600 por pressão das bancadas da esquerda no Congresso – por tempo insuficiente, a conta-gotas e retirando, ao mesmo tempo, outros benefícios que garantiam alguma renda aos mais pobres.

Se o Auxílio Emergencial deu algum fôlego no segundo semestre de 2020 e um alento temporário aos mais vulneráveis, o prolongamento da pandemia e a ausência de políticas públicas

DESDE QUE BOLSONARO CHEGOU AO PODER, TEMOS DESIGUALDADE CRESCENTE E SE AGUDIZANDO, ALÉM DA ALTA DO DESEMPREGO

mais consistentes de transferência de renda e de geração de postos de trabalho se fizeram sentir de maneira brutal em 2021. A inflação, cuja meta estaria no teto 5,25% para todo o ano de 2021, chegou a 9,68% no acumulado de 12 meses em agosto, de acordo com o IPCA. Não há quem não perceba o preço dos produtos básicos aumentando a cada ida ao mercado, o gás de cozinha a R\$ 100 o bujão e gasolina a mais de R\$ 7, contas de consumo de água, eletricidade e internet/telefone que pesam cada vez mais

nos orçamentos domésticos.

Diante do desastre, mas de olho nas eleições de 2022, em agosto, Bolsonaro apresentou medida provisória criando seu programa de transferência de renda, chamado Auxílio Brasil. A justificativa é para “substituir e aprimorar” o Bolsa Família. Na verdade, acaba com o Bolsa Família – e não apenas por conta de inventar outro nome.

De acordo com nota técnica publicada pela Rede Brasileira de Renda Básica, a MP “dá ao Poder Executivo a responsabilidade exclusiva para editar regulamentos relativos a valores de benefícios, prazos e regras de permanência”. A RBRB alerta: “Trata-se de um cheque em branco para que Bolsonaro defina até a linha de pobreza utilizada como referência de elegibilidade sem qualquer base técnica ou referência social”.

Sem definir de onde virão os recursos e quais são os critérios para quem pode receber o benefício, o programa de Bolsonaro corre o risco de trocar 6 por -6. Ou seja, acabar com uma política social que já tem mais de uma década de implementação e aprimoramentos para inventar uma nova, com regras mal definidas.

Ademais, os benefícios previstos na mesma MP criam condicionalidades que representam retrocessos importantes nas políticas sociais. Ainda de acordo com a nota da RBRB, “a MP é cruel por criar categorias de benefícios que dependem de desempenho científico e esportivo que crianças e adolescentes não podem vislumbrar na rede escolar atual, além de impor às famílias, majoritariamente chefiadas por mulheres, a responsabilidade de aumentar sua renda para receber o auxílio destinado à contratação de creches particulares, vinculando o direito de crianças às condições profissionais encontradas por seus pais”. •



VIOLÊNCIA EM ARAÇATUBA A ousadia dos criminosos na ação espetacular ocorrida na cidade foi aterrorizante

É PRECISO REDEMOCRATIZAR O ORÇAMENTO PÚBLICO

A insistência no Teto de Gastos, aprovado pelo governo Temer em 2016, levou o Brasil a uma proposta de orçamento que não responde aos inúmeros desafios. Na área da saúde, a rubrica para enfrentamento à pandemia foi reduzida em R\$ 40 bilhões

Bruno Moretti * e Jorge Messias **

O projeto de lei do orçamento para 2022 foi encaminhado no limite estabelecido pela Emenda Constitucional 95/2016, de R\$ 1,61 trilhão. O momento atual reforça a disfuncionalidade do arcabouço fiscal vigente em nosso

país. O crescimento da arrecadação impacta positivamente o resultado primário, mas não reverte em investimentos e gastos sociais estratégicos, dado o teto de despesas primárias.

Inicialmente, foi prevista a abertura de significativo espaço fiscal para 2022, tendo em vista a

diferença entre o corretor do teto – IPCA de doze meses, acumulado até junho de 2021, de 8,35% – e o INPC, que corrige benefícios da seguridade social. Contudo, diante do avanço explosivo da inflação, o espaço foi encolhendo.

A situação se agravou com a ampliação das obrigações rela-

cionadas a sentenças judiciais, que alcançam R\$ 89,1 bilhões em 2022. A insistência no teto de gastos levou a uma proposta de orçamento que não responde aos inúmeros desafios do país.

Na área da saúde, a rubrica para enfrentamento à pandemia foi reduzida em R\$ 40 bilhões em relação aos valores autorizados em 2021, prejudicando o financiamento de leitos, a aquisição de vacinas e outros insumos, bem como a realização de investimentos capazes de fortalecer o complexo econômico e indústria da saúde. Tais gastos reduziram a dependência externa do Brasil, fomentando a mudança produtiva e tecnológica num setor que representa quase 10% do PIB.

Os investimentos devem seguir deprimidos, em torno de 0,4% do PIB – o PLOA prevê R\$ 25,6 bilhões em investimentos, menos de 40%, em termos nominais, dos investimentos previstos em 2014. Com o acréscimo das emendas parlamentares, os investimentos devem alcançar R\$ 38 bilhões, equivalendo a 0,4% do PIB. Isso é muito abaixo do nível observado em 2014 (1% do PIB), constituindo mais um obstáculo para a recuperação econômica.

A depender do projeto de orçamento, o novo programa de transferência de renda de Bolsonaro não sairá do papel. O valor previsto para o Auxílio Brasil – R\$ 34,7 bilhões – está no mesmo patamar do Bolsa Família em 2021, apesar de haver mais de 2 milhões de famílias na fila de espera do programa, da queda real da renda dos mais pobres e fora os 22 milhões de brasileiros que deixarão de receber o Auxílio Emergencial da Covid-19 em outubro – atualmente, 39 milhões de brasileiros recebem o benefício.

A solução aventada pelo governo é um atraso no pagamento de precatórios, gerando artificialmente espaço dentro do teto para financiar a transferência de renda. As condições legais para o represamento da despesa seriam obtidas mediante autorização do Conselho Nacional de Justiça ou de uma emenda à Constituição.

Conforme manifestações anteriores do Supremo Tribunal Federal, o contingenciamento do pa-

QUADRO É BASTANTE DESFAVORÁVEL, CONJUGANDO AUSTERIDADE, RELAXAMENTO SELETIVO E INCONSTITUCIONAL DAS REGRAS

gamento de sentenças judiciais é inconstitucional. E, naturalmente, falece competência ao CNJ para alterar a Constituição ou mesmo regulamentar a matéria em sede administrativa.

Aqui é preciso atentar para a contradição do governo em relação às regras fiscais. De um lado, o discurso oficial aponta que o teto é a principal âncora fiscal do país. De outro, há, por parte do governo federal, uma tentativa de flexibilização sele-

tiva das regras fiscais para viabilizar gastos em ano eleitoral, transferindo as obrigações para os governos seguintes. Cabe dizer que referida contradição é inerente ao teto de gastos e afloraria a qualquer momento.

Convém ainda assinalar que parcela dos recursos do orçamento deverá ser consumida pelas emendas de relator, que não atendem a requisitos constitucionais básicos como impessoalidade e publicidade. Caso os valores atuais se repitam em 2022, o relator terá quase R\$ 17 bilhões para distribuir por critérios políticos discricionários.

Em resumo, o quadro orçamentário atual é bastante desfavorável, conjugando austeridade, relaxamento seletivo e inconstitucional das regras e uso clientelista dos fundos públicos.

É preciso atualizar o marco fiscal para recuperar o poder de coordenação e planejamento do governo central, de modo que o orçamento possa efetivamente responder à demanda da população por melhores entregas públicas, gerando, assim, valor público para o conjunto da sociedade.

O comportamento da arrecadação, a redução da dívida e as boas condições de liquidez do Tesouro – a relação atual entre reserva de liquidez e dívida de 12 meses gira em torno de 1, tendo alcançado 0,5 em julho de 2020 – reforçam a possibilidade de adoção de regras fiscais flexíveis, transparentes e modernas, que viabilizem gastos voltados à recuperação econômica e à redução das desigualdades. Esta será uma tarefa central para a redemocratização do país. •

* Economista e assessor no Senado Federal. ** Ex-subchefe para Assuntos Jurídicos da Presidência da República no governo Dilma Rousseff (2011-2016)



16 de setembro de 1931

SURGE EM SP ENTIDADE DE LUTA ANTIRRACISTA

Criada em São Paulo, a Frente luta contra a discriminação racial e de cor em lugares públicos. Seu objetivo é integrar os negros na sociedade nacional, inclusive na política oficial. Uma de suas ações será a denúncia dos hotéis, bares, barbeiros, clubes e departamentos de polícia que vetarem a entrada de negros. O jornal "A Voz da Raça" é o órgão oficial da Frente, que começaria a circular em março de 1933 com notícias sobre as lutas e conquistas dos negros no Brasil e no exterior.

Formada por funcionários públicos, trabalhadores subalternos e até desempregados, a instituição contava com departamentos jurídico-social, artístico, musical, esportivo, de saúde, de propaganda e de instrução. Mulheres participavam ativamente da entidade: a Cruzada Feminina se encarregava dos trabalhos assistencialistas, e as Rosas Negras organizavam bailes e festivais artísticos. Nos meses seguintes à fundação, abriu filiais no interior de São Paulo, em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Espírito Santo e Maranhão.

14 de setembro de 1921

CEM ANOS DO NASCIMENTO DE DOM PAULO EVARISTO ARNS

Dom Paulo nasceu no município de Forquilha (SC) em 1921. Se forma frade franciscano e vira arcebispo emérito de São Paulo e cardeal brasileiro. Sua vida foi voltada aos mais pobres, aos trabalhadores, à formação de comunidades eclesiais de base (CEB) nos bairros, principalmente os mais carentes, e à defesa e promoção dos direitos humanos. Depois do Golpe de 1964, D. Paulo enfrentou a ditadura como poucos. Denunciou as torturas, os desaparecimentos, as prisões arbitrárias e lutou pelo movimento das "Diretas Já".

16 de setembro de 1984

CANAVIEIROS EM GREVE LEVANTAM O NORDESTE

Mais de 400 mil trabalhadores canavieiros de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte se mobilizam numa greve por melhores salários, condições de trabalho e pela estabilidade de delegados sindicais nas plantações e engenhos. Na Paraíba, onde a Polícia Militar apoia a repressão dos proprietários, o movimento duraria dez dias. Organizada pelas Federações de Trabalhadores Rurais, com apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a greve é vitoriosa nos três estados e fortalece a organização dos trabalhadores do campo.

Os conflitos agrários na região vinham crescendo desde 1979, quando os canavieiros de Paudalho e São Lourenço da Mata (PE) realizaram a primeira greve desde o Golpe de 1964. No ano seguinte, outra paralisação envolveu todos os canavieiros de Pernambuco. Houve então maior mobilização dos pequenos produtores rurais no país.

Os trabalhadores enfrentaram a violência impune dos proprietários de terra. Em 17 de setembro, dois pistoleiros assassinam o líder Nonatinho, em Santa Luzia (MA). Cerca de 5 mil camponeses participaram do sepultamento, que se transforma em ato de protesto contra a violência. Em 2 de outubro, 40 mil agricultores gaúchos reuniram-se em Porto Alegre para lançar o Grito do Campo.



12 de setembro de 1936

ALÔ, ALÔ, BRASIL! NO AR, A RÁDIO NACIONAL

– “Alô, alô, Brasil! No ar, a Rádio Nacional!”

Com essa frase, o locutor Celso Guimarães dá início à transmissão da Rádio Nacional, a primeira emissora no país que pode ser ouvida em todo o território brasileiro, graças a seus 22 quilowatts de potência. Líder de audiência praticamente desde a fundação, a Rádio Nacional seria pioneira na integração cultural do país. Revolucionaria as comunicações, tornando-se o mais importante instrumento de formação cultural, social e político da época, fundamental para a modernização do país.

A emissora tinha o melhor elenco de músicos e cantores de sua época. Os três cantores brasileiros mais populares – Francisco Alves, Sílvio Caldas e Orlando Silva – firmaram contratos com a Rádio Nacional. Seu departamento de música brasileira, por outro lado, descobriu e consagrou vários novos talentos. A rádio organizou concursos, como o da Rainha do Rádio, que divulgou diversas cantoras, entre elas Emilinha Borba, Marlene, Dalva de Oliveira e Ângela Maria. Foi também responsável pela ascensão de um dos maiores ícones musicais da nossa história, o cantor Cauby Peixoto, e a primeira emissora a promover a correspondência entre os ídolos e seus fãs.

Em 1941, a Rádio Nacional seria pioneira em transmitir radionovelas. O primeiro a estrear seria “Em Busca da Felicidade” – e com tanta audiência que ficaria três anos no ar. A segunda, “O Direito de Nascer”, se tornaria um dos maiores sucessos radiofônicos de todos os tempos. Pelos microfones da Nacional, além dos atores já consagrados no humor e nos radioteatros, passariam atores como Mário Lago, Oduvaldo Viana e Henriqueta Brieba. A emissora, que pertencia ao jornal “A Noite”, de onde irradiava para todo o país, passaria para a União em 1941, por causa de dívidas dos proprietários com o Estado.

10 de setembro de 1985

A GREVE HISTÓRICA DOS BANCÁRIOS

A greve nacional dos bancários, realizada entre 10 e 12 de setembro de 1985, para os bancos de diversas cidades do país. A categoria cruza os braços e exige melhores condições salariais ante o processo inflacionário que provoca a perda mensal de 10% nos salários. A paralisação mobiliza 500 mil pessoas.

Na noite do dia 10, 30 mil bancários ocupam a Praça da Sé, em São Paulo (SP), e aplaudem o discurso de Luiz Gushiken, então presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e um dos principais líderes do movimento. “Os banqueiros vão jogar ainda mais pesado com a gente. Por isso, é fundamental que vocês entendam uma coisa: não pode haver desânimo. A unidade do movimento é a nossa arma. Está claro, companheiros?”

Após dois dias paralisados, a categoria aprova a proposta do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de reajuste salarial de 90,78%, incorporando também os 25% da antecipação.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula.

Os textos remetem a um calendário de eventos e personalidades da esquerda que é colaborativo e está em constante atualização.

Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

Visite o memorialdademocracia.com.br

11 DE SETEMBRO O ATAQUE AINDA RESSOA



Vinte anos depois, é impossível falar do atentado que matou 2.997 pessoas. Da guerra no Afeganistão à obsessão com a segurança, de Guantánamo à ascensão do ISIS... Seus efeitos ainda estão aparecendo

Maria Antonia Sánchez-Vallejo
El País

O espetáculo da encenação sempre foi uma marca registrada do terrorismo, e esses terroristas tinham ambições dramáticas sem precedentes". As asas pertencem a *The Towering Tower*, o livro de Lawrence Wright sobre a Al Qaeda e a gênese do 11 de setembro. Porque o cenário dos atentados que abalaram o mundo naquela terça-feira de setembro de 2001 foi tão importante quanto suas inúmeras consequências políticas e humanas. Que melhor maneira de desferir um golpe contra a globalização e a modernidade do que demolir as Torres Gêmeas do World Trade Center, símbolo do poder planetário, ou atacar o Pentágono, o emblema da força.

"Essas torres simbólicas imponentes que falavam de liberdade, direitos humanos e humanidade", justificou Osama bin Laden um mês depois em uma entrevista à Al Jazeera. O milionário saudita que liderou a Al Qaeda, cego, em vez de esclarecido, por um totalitarismo niilista – ou Sharia ou nada – não se importou em tirar a vida de 2.997 pessoas, além das dezenas de milhares que se seguiriam em muitos outros ataques e guerras no resto do mundo, para impor sua visão do Islã: a rigorosa doutrina Salafi.

Dezenove acólitos de Bin Laden, 15 deles sauditas, tornaram-se mártires por sua causa sinistra ao sequestrar quatro aeronaves

comerciais transformadas em armas de destruição em massa. Nas Torres Gêmeas, onde as duas primeiras foram cravadas às 8h46 e às 9h03, morreram 2.753 pessoas, das 16.400 a 18.000 que estavam lá dentro naquele dia. Os demais perderam a vida com a queda do avião contra o Pentágono (184), embora o primeiro objetivo dos jihadistas tivesse sido o Capitólio, e no campo da Pensilvânia (40) para o qual os passageiros reféns conseguiram desviar o quarto avião. À força de se repetir em loop, as imagens de aviões partindo das torres e seu colapso apocalíptico adquiriram traços de videogame no imaginário coletivo. Enquanto o mundo entrava em pânico, Bin Laden reivindicou a vitória da Cova do Leão, a rede de cavernas em Tora Bora, no Afeganistão. Ele ainda sobreviveu por uma década, até que um comando da Navy Seals o encontrou em Abbotabad, no Paquistão, em maio de 2011.

"A Guerra Fria entrou para a história; a União Soviética e o comunismo não representavam mais uma ameaça e os Estados Unidos eram a única potência capaz de impedir a restauração do antigo califado islâmico. Tinha que ser derrotado", lembra Wright em seu livro. O sentimento de desamparo e derrota daquele dia ecoa hoje no final inacabado e sangrento da guerra afegã, embora as consequências da ação da Al Qaeda nunca tenham deixado de ser sentidas, nos Estados Unidos e no mundo. De 11 de setembro a Cabul há uma linha reta, às vezes interrompida, que sem-

pre retorna ao ponto de partida.

O 11 de setembro teve um impacto global, devido às 93 nacionalidades das vítimas, embora a maioria fosse norte-americana, mas principalmente pela sucessão de conflitos que desencadeou: a declaração de guerra de George W. Bush contra o terrorismo e a intervenção no Afeganistão, um mês depois; o derivado da Guerra do Iraque (2003), devido à atuação exagerada do republicano e seus aliados Tony Blair e Pedro Aznar diante de um arsenal de destruição em massa inexistente, e cujo desenvolvimento desviou do esforço no Afeganistão além de minar a região; o surgimento do Estado Islâmico (ISIS) como sucessor reforçado da Al Qaeda... O corolário não poderia ser mais conclusivo: o retorno ao poder do Taleban no país da Ásia Central, duas décadas depois de ter sido despejado por abrigar potenciais terroristas do 11-S.

Revanche colossal

Conceitualmente, o 11 de setembro foi uma vingança colossal contra as supostas humilhações do Ocidente, mas também contra os ímpios regimes árabes – todos aqueles que não aplicam a sharia, de acordo com Bin Laden – e correligionários. Antes de olhar para os EUA, Ayman al Zawahiri, o tenente de Bin Laden, tentou várias vezes derrubar o governo egípcio. O próprio Bin Laden tentou decapitar o reino saudita. Portanto, apesar dos números esmagadores de 11 de setembro, o maior número de vítimas ainda é registrado diariamente nos pa-

íses muçulmanos. No entanto, a natureza espetacular dos massacres na esteira do 11 de setembro (Bali, 2002; Madri, 2004; Londres, 2005; Bombaim, 2008) uma vez após outra é ofuscada por vítimas não ocidentais.

Em 12 de setembro de 2001, os talheres de metal já haviam desaparecido das bandejas de comida nos aviões. A obtenção de vistos tornou-se mais difícil ou impossível para cidadãos de nações árabes ou muçulmanas, até que o veto migratório de Donald Trump para vários países árabes foi alcançado em 2017. Os direitos fundamentais tornaram-se relativos – a prova é a justificativa da tortura em Guantánamo ou Abu Ghraib – e em todas – agências de inteligência e segurança poderosas. O medo de um novo golpe terrorista colonizou a política.

“O contraterrorismo foi instalado na agenda política. Foi criado o Departamento de Segurança Interna, com objetivos antiterroristas explícitos e uma enorme burocracia”, lembra Rajan Menon, professor de Ciência Política da Universidade de Nova York. “O 11 de setembro também legou guerras eternas, como o Afeganistão e o Iraque, que tiveram custos extremos, não só militares, mas também devido ao grande número de mortes de civis. Uma psicose de vigilância invadiu a população, quando os Estados Unidos não eram como Israel, onde todos procuravam continuamente por objetos suspeitos... Também aumentou o poder dos Estados, que hoje controlam as comunicações, correio, redes sociais”, acrescenta Menon. De acordo com uma pesquisa publicada esta semana, 46% dos estadunidenses resistem ao escrutínio de comunicações em nome da segurança nacional.

O mundo pós 11 de setembro experimentou um estado de su-

perexcitação emocional, política e administrativa diante de um inimigo invisível: a rede de franquias da jihad. “Existem muitos grupos, constituídos numa espécie de terror corporativo multinacional, cuja própria existência e estratégia tornam o objetivo da segurança 100% impossível. Por isso a luta contra o terrorismo nunca vai acabar”, conclui o professor.

Michael O'Hanlon, diretor do programa de Política Externa da Brookings Institution, descreve uma imagem menos ameaçadora. “Eu não acho que a vida mudou

A VERGONHA DE GUANTÁNAMO E A TORTURA DE DETIDOS EM ABU GHRAIB ATORMENTAM QUATRO PRESIDENTES DOS EUA DESDE 2001

muito. É mais difícil entrar em um avião, mas não é uma violação da privacidade, apenas um incômodo. Podemos ver um cão farejador de explosivos em um trem de vez em quando. Mas, no dia-a-dia, a ameaça de um crime comum é uma preocupação muito mais séria do que os perigosos salafistas. A situação é diferente em outros países. O Oriente Médio experimentou violência extrema antes e depois do 11 de setembro. A Europa, incluindo a Espanha,

também sofreu o flagelo do terrorismo”, explica O'Hanlon, que tem razão nas pesquisas: a maioria dos americanos hoje está mais preocupada com a ameaça do terrorismo nacional do que com o terrorismo islâmico.

Para muitos muçulmanos americanos, sair às ruas tornou-se uma atividade arriscada devido à islamofobia desencadeada. Vinte anos depois, 53% da população tem uma visão desfavorável do Islã, de acordo com uma pesquisa encomendada pela Associated Press. “A islamofobia existia antes do 11 de setembro, mas os ataques a exacerbaram. Manifestou-se de forma violenta, com ataques e agressões, e de forma mais sutil mas evidente, como não contratar muçulmanos para empregos ou desacreditar seu trabalho para promoções ou honras acadêmicas”, explica a ativista Debbie Almontaser, de origem iemenita e cuja filha ainda está lidando com a síndrome de estresse pós-traumático depois de sua experiência como guarda nacional no Ground Zero. “Vinte anos depois, ele não é mais o mesmo”, confessa.

A islamofobia quase custou a essa pedagoga e ativista comunitária em 2007 seu projeto profissional mais importante: uma escola intercomunitária pública em Nova York, para crianças de todas as religiões e que ensina árabe. “Sofri três anos, até me demitir [da direção]. Foi uma campanha brutal de diversos meios de comunicação, que me acusaram de ter uma agenda oculta”, lembra. Mas não foi só ela que sofreu assédio. “Mesmo nas campanhas eleitorais, o Islã foi usado como arma de arremesso. Em 2008, McCain saiu para defender Obama, que havia sido depreciativamente chamado de árabe. Nos últimos quatro anos, essa acusação generalizou-se com Trump”, acrescenta.

A solene comemoração do sábado, 11, não fecha um capítulo fatídico da história, apesar da redondeza da data. A guerra contra o terrorismo continua em Guantánamo, onde audiências preliminares foram realizadas esta semana contra Khalid Sheikh Mohamed, o mentor do 11 de setembro, preso em 2003, e quatro outros réus. Desde que as acusações foram feitas em 2008, os cinco padecem em uma prisão que já abrigou quase 780 jihadistas, e onde 40 ainda permanecem.

Guantánamo é um lembrete cruel da alta taxa imposta pelo 11 de setembro. Enquanto uma segurança orwelliana era erguida no bem comum, a violação dos direitos humanos era vista como um mal menor, por uma questão de segurança: o círculo perfeito. O processo que em teoria política é chamado de securitização (a conversão pelos atores estatais de assuntos políticos comuns em questões de segurança) é outro dos grandes legados de 11 de setembro. A vergonha de Guantánamo e a tortura de detidos em Abu Ghraib (Irã) atormentam os quatro presidentes desde 2001, enquanto a intenção de Biden de fechar Guantánamo avança com pés de chumbo, por sua pequena maioria no Congresso.

O impacto dos ataques também permeou a forma de fazer política no Capitólio. Após os ataques, os legisladores deram ao presidente dos EUA a gestão da guerra e superdimensionou o capítulo de segurança, Sarah Binder e Molly Reynolds argumentam em um relatório de aniversário do Brookings: "O crescente partidarismo no Congresso nestas duas décadas exacerbou essas tendências, reduzindo ainda mais os legisladores. Incentivos para proteger e projetar seu papel institucional em relação à guerra e às relações exteriores".

O 11 de setembro também

Reprodução



OSAMA Milionário saudita usou sua fortuna para atacar os Estados Unidos

fortaleceu o poder executivo. O exemplo mais flagrante é a promulgação, com esmagador apoio bipartidário, de duas resoluções sobre o uso da força militar, em 2001 (Afeganistão) e 2002 (Irã). Graças a eles, sem medo de restrições ou amarrações, Obama ordenou o bombardeio da Líbia em 2016 e Trump, o assassinato do general iraniano Qasem el Suleimani em 2020, lembra o relatório. Biden está disposto a revogar essas disposições.

Existem mais razões pelas quais é impossível falar sobre o 11 de setembro no passado. Na última semana, duas novas fatalidades foram identificadas, graças à nova tecnologia forense, entre os mais de 22.000 restos mortais encontrados nos escombros das Torres Gêmeas. Como se aqueles milhares de restos mortais falassem, o clamor das famílias das vítimas, suas demandas por justiça e transparência também não foram silenciadas. Quase 2.000 empresas assinaram uma carta a Biden em agosto pedindo-lhe que evitasse ir a Nova York neste sábado se não ordenasse a divulgação de documentos sobre o papel da Arábia Saudita na organização dos ataques. Os governos anteriores levantaram a razão

de Estado para não publicar material sensível. Mas Biden cedeu e ordenou ao Departamento de Justiça, uma semana antes do aniversário, que desclassificasse alguns papéis.

Dadas as muitas incógnitas que o 11 de setembro ainda levanta, também se pode falar do aumento desproporcional no orçamento de defesa: US\$ 2 trilhões de dólares em fundos de emergência para responder aos ataques, de acordo com o Serviço de Investigação do Congresso; até US\$ 6 trilhões, de acordo com outros analistas. Das notícias falsas geradas dos níveis mais altos: o mais retumbante, a existência de armas de destruição em massa no Iraque de Saddam Hussein.

Da crescente influência regional do Irã após o despejo de seu poder, ou, finalmente, da existência de relatórios contrastantes sobre a crescente atividade de terroristas nos Estados Unidos nas metrópoles, muito antes dos ataques, mas isso seria puxar por mais pontas soltas. Nem mesmo o roteirista mais experiente poderia encerrar uma discussão com tantos enredos. Um thriller pós-moderno sombrio que, mesmo 20 anos depois, reluta em escrever a palavra fim. •



O ESPÍRITO LIBERTÁRIO DE 'IMAGINE' CONTINUA PODEROSO

Obra-prima de John Lennon chega aos 50 anos mais vital do que nunca. Manifesto político do conturbado ano de 1971, o seminal segundo álbum do ex-beatle fala alto aos tempos fraturados de hoje

1971. Cinco décadas separam os tempos atuais – fraturados pela ameaça persistente e desagregadora da extrema direita e suas fake news – da ressaca moral e existencial do Ocidente de então. Os EUA estavam atolados no desastre da Guerra do Vietnã e ainda se recuperavam dos horripilantes assassinatos da seita de Charles Manson, em 1969. Caótico e perdido como agora, o ano de 1971, no entanto, conseguiu expressar na música as agruras de uma geração sem rumo, como atesta a essencial série documental *1971: O ano em que a música mudou o mundo*, da Apple. Em meio a clássicos como *What's going on*, de Marvin Gaye, e *Tapestry*, de Carole King, entre outros surtos criativos, surgiu, naquele setembro, *Imagine*, de John Lennon. O álbum de dez faixas completou 50 anos na semana que passou, ancorado pelo homônimo hino pacifista e atemporal, e cuja provocadora mensagem política de esperança soa mais vital do que nunca.

Para marcar a data, o disco ganha um relançamento duplo em vinil, na cor branca, com as remixes de 2018 do engenheiro Paul Hicks, além de outtakes e versões alternativas das canções do álbum. O filme *Imagine*, de 1972, também ganhou exibição pela rede Hard Rock Cafe nos EUA e na Europa, na última quinta-feira, 9, data de lançamento do disco. No mesmo dia, Yoko Ono, Sean Lennon e convidados envolvidos no projeto participaram de um evento online, 'Tim's Twitter Listening Party', com tuítes de frases da época, fotos, filmes e comentários de produtores e músicos.

Para vislumbrar algumas circunstâncias que geraram as condições para a criação do álbum, é preciso voltar um ano no tempo: 1970. Após a dissolução da maior banda de rock da história, John Lennon deu um cavalo de pau no

modo de escrever e expressar sua música. Mais do que um manifesto sobre o fim do sonho de uma geração, o álbum *Plastic Ono Band* foi uma dolorosa imersão de Lennon ao próprio ego, onde o recém-liberto ex-beatle enfrentou traumas de infância e de uma adolescência dilacerada pela perda da mãe.

Com uma sonoridade crua, minimalista e visceral e uma poesia brutalmente honesta, o disco representou um marco na carreira de Lennon pelo poder de faixas confessionais como "Mother", "Isolation" e "God". Esta última, tornou-se, inclusive, o manifesto definitivo sobre o fim da

FIM DE UMA ERA: EM 1971, OS EUA ESTAVAM ATOLADOS NO VIETNÃ E AINDA SE RECUPERAVAM DOS CRIMES DA SEITA DE CHARLES MANSON

plenitude dourada dos anos 60. O álbum era um grande motivo de orgulho para o músico. No entanto, não fez o sucesso esperado, principalmente se comparado aos esforços de seus ex-companheiros de grupo, *McCartney*, de Paul McCartney, e *All things must pass*, de George Harrison.

Aqui, um parênteses. Harrison e Lennon foram os que mais abraçaram a necessidade de mudança nos Beatles. Para os dois, a vida não fazia sentido sem transformação. Mais do que tudo, os Beatles en-

cararam, sob as vestes do maior ato do então embrionário showbiz mundial, a mudança. Após eclodirem na Europa em 1963, os quatro camaradas da pouco glamorosa Liverpool do pós-Guerra dinamizaram os padrões de comportamento do Ocidente, isso enquanto se metamorfoseavam na próxima onda. Como Harrison, John Lennon levou a coisa ao pé da letra. Ele soltou a mão de sôfregas adolescentes em 1964 para se tornar o timoneiro da psicodelia em "Tomorrow never knows" e "A day in the life", pouco mais de dois anos depois.

De volta a 1971. Diante do aparente desencontro de suas canções com o público – "Cold Turkey", por exemplo, foi um fracasso retumbante em vendas – e, talvez acosado pela competição com seus pares, Lennon partiu para o desafio de se reinventar mais uma vez. Era preciso permanecer no jogo. Caberia a ele abrir espaço para que sua amargura pudesse conviver com a possibilidade de sonhar novamente, de preferência, agora, de olhos bem abertos. E, de quebra, voltar a ter um disco no primeiro lugar das paradas.

Assim nascia o álbum *Imagine*, uma arrebatadora colagem de canções que iam do confronto político direto até delicadas baladas de amor. Para atingir o objetivo, Lennon permitiu ao produtor Phil Spector que expandisse a técnica batizada de *wall of sound*, um som denso e cheio de *reverb*, popularizado no início dos anos 60. O resultado deu certo: apesar de dividir a crítica da época, o disco chegou ao topo das paradas nos EUA e no Reino Unido.

IMAGINE, THE ULTIMATE COLLECTION

Mais do que mergulhar em uma audição do álbum original, vale cair de cabeça no lançamento de 2018, projeto do filho de Yoko, Sean, e cujas mixes foram aproveitadas no

LP duplo lançado esta semana, que vale mais como item de colecionador. Melhor mesmo é se deleitar na diversidade das 61 faixas da caixa *The Ultimate Collection*, que ainda vem acompanhada de um luxuoso livro de 120 páginas com fotos e depoimentos dos participantes do projeto.

Além de uma remixagem que deu *punch* e atualizou as faixas à era do *streaming*, há *takes* alternativos, versões ao vivo, demos e outras mixagens para petardos como “Crippled inside”, um comentário mordaz sobre a hipocrisia social, “Gimme some truth”, e “I don’t wanna be a soldier”, as duas um manifesto contra a Guerra do Vietnã.

Há também a brutalidade de “How do you sleep”, um “recado” ao ex-parceiro de banda – na verdade uma resposta desproporcional a uma provocação que Paul McCartney fizera em “Too many people”, do disco *Ram*. Versões instrumentais de “Jealous guy”, “Oh, My Love”, “Imagine” e “How?” soam comoventes, especialmente as cordas da sessão *Elements Mix*. No caso de “How?”, o arranjo consegue adicionar ao clima melancólico da letra original uma bela e frágil camada evocativa.

RETALHOS

É curioso que algumas faixas do disco – “Gimme some truth”, “Jealous guy” e “Oh My Love” – tenham sido compostas a partir de retalhos da época dos Beatles, incluindo a própria “Imagine”, que consta ter aparecido em um ensaio de janeiro de 1969, durante as sessões de Twickenham. À época, o quarteto produzia o disco que viria a se chamar *Let it be*.

No caso de “Imagine”, também é irônico. Sozinha, a canção, carregada de uma desconcertante e genial simplicidade na composição e no arranjo, seria responsável por redefinir os rumos

da carreira de Lennon e tornar-se uma das mais emblemáticas músicas de todos os tempos. E, assim como “All things must pass”, de Harrison, e “Maybe I’m amazed”, de McCartney, deixou de integrar o catálogo do quarteto para fazer história em voo solo.

‘IMAGINE’, A CANÇÃO DO SÉCULO

As origens de “Imagine” estão no livro *Grapefruit*, lançado em 1964 por Yoko Ono, então uma desconhecida artista de vanguarda. Com instruções do tipo “imagine um peixe dourado nadando no céu”, o livro tornou-se o trampolim criativo que John usaria para escrever a letra, anos depois.

Quase uma década após o lançamento de “Imagine”, Lennon afirmou em uma entrevista que não teve coragem de incluir o nome de Ono como coautora da faixa, mas que ela deveria, sim, receber o crédito. A injustiça foi reparada em 2017, quando a

National Music Publishers Association tornou oficial a autoria da dupla, além de nomear “Imagine”, a canção do século.

“SERÁ QUE É BOA?”

O escritor Ray Connolly, autor da biografia *Being John Lennon*, relata, tanto no livro quanto no filme *Sob o Céu Como Testemunha* (ambos de 2018), que Lennon apresentou a ele um acetato contendo duas faixas. A primeira, “Gimme Some Truth”, estaria no lado A do primeiro single do disco, ainda sem nome. Connolly não ficou muito impressionado e pediu que ele virasse o disco: era “Imagine”. O jornalista então sugeriu que a música talvez devesse ser o lado A do compacto.

O filme também mostra outro interlocutor, o fotógrafo Spud Murphy, a quem John pergunta se “Imagine” seria mesmo “boa”. Quando o fotógrafo responde que considerava que a faixa ainda teria força uma década depois, Lennon retruca: “O que é isso? É só um disco de rock”.



Reprodução



Reprodução

INSEGURO John Lennon não colocava tanta fé na canção "Imagine", já que a faixa era o lado B do primeiro single

MANIFESTO COMUNISTA

Sobre a abrangência da música, Lennon sempre se mostrou incomodado pelo que considerava uma má interpretação da mensagem. "'Imagine' é anti-religiosa, anti-nacionalista, anti-convencional, anticapitalista, mas por ser açucarada, é aceita", disse para Connolly. "É virtualmente o manifesto comunista".

Ele revelou ainda que recebeu, certa vez, um telefonema de uma igreja pedindo para usar a música, mas que mudariam o verso original para "imagine uma religião". "Isso me mostrou que eles não entenderam nada, destruiria todo o propósito da música, toda a ideia", lamentou o ex-beatle.

Passados 50 anos das gravações da hoje clássica canção, é de se imaginar que Lennon poderia ter se espantado com as centenas de interpretações da balada. Algumas por demais grandiloqüentes, cantadas por artistas que pas-

sam ao largo da proposta estética da versão original. E mais ainda do espírito político e social que levou à sua criação. Ossos do ofício.

Motivos pelos quais o filho de Lennon, Sean, declarou que a versão do pai é imbatível, pela interpretação anti-The Voice, sem malabarismos vocais. Por John ter adotado um tom emocional contido que casou perfeitamente com a mensagem da letra, como se considerasse o conteúdo mais importante que o veículo.

300 MILHÕES DE EXECUÇÕES

Com tudo isso – ou apesar de –, "Imagine" permanece um fenômeno: em 2020, a faixa atingiu 300 milhões de execuções no Spotify, deixando na poeira a canção mais popular dos Beatles, "Here comes the sun", com 145 milhões de stre-

amings, segundo a imprensa britânica. No YouTube, atualmente são quase 228 milhões de visualizações. No mesmo período, a carreira solo de Lennon ganhou mais de 1 bilhão de execuções. Somada ao trabalho com os Beatles, bateu a casa dos 10 bilhões. Nada mal para alguém que temia cair no esquecimento dos fãs.

Se 1971 não trouxe as respostas, sua prolífica e inspirada produção cuidou de amortecer os solavancos daquela extraordinária jornada pela década de 70, acalentando almas em desespero e colorindo o absurdo da existência. Neste sentido, "Imagine" é um triunfo inigualável na história da música ocidental: sua melodia e letra, indissociáveis, seguem enraizadas na cultura popular, onde deverá permanecer. Ao menos enquanto pulsar por aí uma resiliente busca por dias menos turbulentos. •

JOÃO SAYAD, PRESENTE!

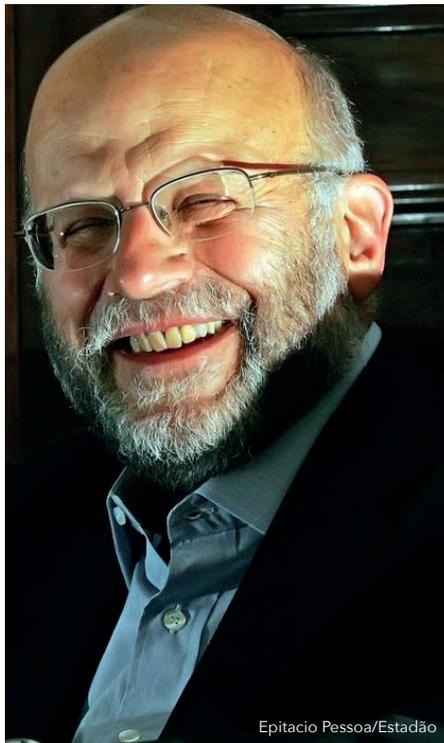
Morre o economista e ex-ministro do Planejamento aos 75 anos

Fernando Haddad * e
Leda Paulani **

João Sayad teve uma carreira de fazer inveja a qualquer um. Depois de um doutorado em Yale (EUA), foi professor titular da Faculdade de Economia da USP, a FEA, quando ainda não tinha 40 anos. Também muito jovem, foi secretário da Fazenda do primeiro governo democraticamente eleito no Estado de São Paulo depois do Golpe de 1964, liderado por Franco Montoro, e ministro do Planejamento do primeiro governo civil pós-ditadura (José Sarney). Foi sócio de banco, secretário das Finanças do Município de São Paulo, secretário de estado da Cultura, vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington (EUA), e presidente da TV Cultura. Um currículo de espantar, com sucesso em todos os papéis, como homem público, como empresário, como acadêmico.

Mas nunca se viu nele sombra sequer do orgulho, que bem podia ter, por todos esses feitos, pela trajetória brilhante. Menos ainda qualquer traço da prepotência e da soberba que costuma marcar as pessoas tidas como importantes, economistas em destaque. Não. Sayad era uma pessoa doce, afável, cordata, incapaz de destratar quem quer que fosse, mesmo que a criatura merecesse.

Não se pense, porém, que essa fineza no trato escondia um sujeito calmo, porque indiferente às coisas, ao contrário, ele se atirava de cabeça nos projetos, queria ver as coisas acontecerem, se indignava com as injustiças, era apaixonado por São Paulo e por seu país – que



Epitácio Pessoa/Estadão

muitas vezes via com desânimo e tristeza, mas isso lhe dava mais forças para tentar novos caminhos. Nos anos 1990, irritado com o pensamento simplista e raso dos recém-chegados PhDs sobre os dilemas de nossa economia, dizia que nenhum gasto público com educação deveria ser cortado, a não ser aquele das bolsas de estudantes brasileiros que iam fazer doutorado em Economia nos EUA. Um pouco mais à frente, não hesitava em dizer que banco devia mesmo era ser estatizado.

O déficit de arrogância não era, contudo, o único traço que o distinguia de seus pares economistas. Sayad tinha uma forma peculiar de entender a economia. De horizonte intelectual amplo, se interessava e lia praticamente todo o tempo, não só artigos e escaramuças econômicas, mas tudo relativo à arte, filosofia e ciências humanas. Sua profissão de fé keynesiana era, por isso, mesclada e enriquecida com um sem-número

de outras importantes e muitas vezes decisivas considerações.

O dinheiro, por exemplo, um de seus objetos de estudo mais queridos, era algo que o desafiava: nenhuma das teorias econômicas satisfazia plenamente seu desejo de entendê-lo. Diferentemente do monetarista Milton Friedman, para quem não era necessário saber o que é o dinheiro, Sayad não desistiu até encontrar na antropologia uma pista para essa compreensão. Para ele, o dinheiro é um mito, cuja funcionalidade depende da fé de quem o utiliza. Só quem esteve presente poderá, não sem rir, lembrar as caras de assombro e aversão de uma plateia repleta de economistas e executivos, quando ele disse algo parecido com isso num evento em São Paulo, numa manhã do início dos anos 2000.

Nós tivemos o privilégio de conviver com esse economista tão especial, com esse intelectual tão invulgar, como colegas na Universidade de São Paulo e comandando a Secretaria de Finanças da Prefeitura de São Paulo. Impossível esquecer que, em meio a tantas atribuições, a tantos esqueletos que íamos encontrando nos armários, em meio às dificuldades para recuperar as combalidas finanças municipais depois do desastre malufista, algumas das vezes em que, atendendo ao chamado do secretário, acorríamos a seu gabinete, a pergunta que vinha era do tipo: o que foi mesmo que Hegel disse sobre o Conceito? •

* Economista e advogado, é professor de ciência política na USP. Foi ministro da Educação e prefeito de São Paulo.

** Professora titular e sênior da FEA-USP. Autora, entre outros livros, de Modernidade e discurso econômico, lançado pela Boitempo.

Venício A. de Lima

PAULO FREIRE

A prática da
liberdade,
para além da
alfabetização

O livro está disponível no site
da Fundação Perseu Abramo
fpabramo.org.br

autêntica



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



BRASIL: CINCO ANOS DE GOLPE E DESTRUIÇÃO

SANDRA BRANDÃO | (ORG.)

APRESENTAÇÃO | DILMA ROUSSEFF

PREFÁCIO | ALOIZIO MERCADANTE

O livro está disponível no site
da Fundação Perseu Abramo
fpabramo.org.br

